**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Práticas agroalimentares em unidades de conservação de uso
sustentável sob a ótica da segurança alimentar**

Katia Maria Pacheco dos Santos

Tese apresentada para obtenção do título de
Doutora em Ciências. Área de concentração:
Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2015**

Katia Maria Pacheco dos Santos
Engenheira Agrônoma

**Práticas agroalimentares em unidades de conservação de uso sustentável sob
a ótica da segurança alimentar**

versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:
Profa. Dra. **MARIA ELISA DE PAULA EDUARDO GARAVELLO**

Tese apresentada para obtenção do título de
Doutora em Ciências. Área de concentração:
Ecologia Aplicada

Piracicaba
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIBD/ESALQ/USP

Santos, Katia Maria Pacheco dos

Práticas agroalimentares em unidades de conservação de uso sustentável sob a
ótica da segurança alimentar / Katia Maria Pacheco dos Santos. - - versão revisada
de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2015.
138 p. : il.

Tese (Doutorado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de
Energia Nuclear na Agricultura.

1. Agricultores quilombolas 2. Agricultores migrantes 3. Reserva de Desenvolvimento
sustentável 4. Área de Proteção Ambiental 5. Mata atlântica 6. Hábitos alimentares
I. Título

CDD 339.4863
S237p

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

DEDICATÓRIA

Às famílias das comunidades quilombolas da RDS Quilombos e APA Planalto do Turvo por compartilhar seus saberes e alimentar minha confiança na humanidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me impulsionar a seguir em frente;

À minha mãe, por ter me ensinado confiança;

À Maria Elisa, querida orientadora, por não desistir de mim e pelos muitos anos de confiança e parceria;

Aos amigos de jornada intelectual, de experiências profissionais que fizeram parte direta e indiretamente da conclusão desse trabalho, obrigada pelas boas prosas;

Aos professores da ESALQ: Caron, Moruzzi, Silvia Molina, Odaléia, Adalmir, Marina por aceitarem de pronto compor minha banca de tese, obrigada pela confiança e apoio;

Agradeço aos professores Alcivania - UNESP Registro e Gabriela Segarra - ITESP pelas contribuições na banca;

Aos colegas do intercâmbio em Portugal, em especial aos da Universidade de Évora e à Ana Stela pela acolhida em Lisboa;

Ao PPGI por ceder os meios para a conclusão desse aprendizado, em especial a secretária Mara.

A Eliana bibliotecária da ESALQ, pela enorme atenção.

Aos amigos da Fundação Florestal que foram indispensáveis e que tornaram meus dias mais fáceis, em especial a Solange, querida Sô, obrigada por tudo; Jôse, pelas boas risadas; Wagner, por abrir as portas na RDS; Domingos; Lucimara; Dr. Cesaltino e funcionários do PERT;

A todos os “velhos” residentes no meu coração: tia Diana, Adriana, Lúcia, Lilian, Nilto, equipe Rafa, pelas ajudas indispensáveis e momentos alegres; também a equipe Andrea, Rodrigo e Wiri. E aos “novos”, Laura, pelo carinho e acolhida em Piracicaba; Erick pela hospitalidade; Adla, pelas leituras e ajudas fundamentais para finalização do texto; Fred e Maysa.

Por fim, a todos os meus incansáveis anjos da aguarda visíveis e invisíveis, muito obrigada!

EPÍGRAFE

SUBIDA

Quando o dia acorda atravessado,
escalo uma montanha.
É meu próprio caminho em direção ao sol.
Mochila nas costas, carrego o principal;
não levo nem perguntas, nem respostas.
Ponho um ramo de sonhos
que vou plantando pelo caminho,
a flauta encantada
pra seduzir passarinho,
a estrela companheira
que brilha o tempo inteiro
e mantém a trilha luminosa;
um frasco de água benta,
uma reza certa;
um arco-íris à prova de nada.
Devagarzinho, sem pressionar o tempo,
chego ao meu destino.
Respiro fundo, abro os braços,
canto um hino de sagração ao mundo
— e agradeço —
por ter descoberto de repente
por onde se começa o recomeço.

Flora Figueiredo, in *O Trem que Traz a Noite*, 2000

SUMÁRIO

RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	13
LISTA DE GRÁFICOS.....	15
LISTA DE TABELAS.....	17
LISTA DE FIGURAS.....	19
LISTA DE ABREVIATURAS.....	21
1 INTRODUÇÃO.....	23
2 OBJETIVO.....	27
2.1 Objetivos específicos.....	27
3 HIPÓTESE.....	29
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	31
4.1 As Unidades de conservação e a presença humana.....	31
4.2 O Vale do Ribeira: especificidades de ocupação e práticas de subsistência	37
4.3 Produção de autoconsumo, Segurança e Soberania alimentar	46
5 METODOLOGIA.....	55
5.1 Seleção da área de estudo	55
5.2 Instrumentos de pesquisa	58
5.3 Descrição dos sujeitos e situação de pesquisa	61
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	65
6.1 Os agricultores da RDS Quilombos	65
6.1.1 Caracterização socioeconômica	65
6.1.2 Produção, origem e consumo de alimentos	70
6.1.2.1 Dieta alimentar (recordatório 24 horas)	77
6.1.3 As práticas agroalimentares e o regramento da UC	86
6.2 Os agricultores da APA Planalto do Turvo	97
6.2.1 Caracterização socioeconômica	97
6.2.2 Produção, origem e consumo de alimentos	102
6.2.2.1 A Dieta dos agricultores (recordatório 24 horas)	106
6.2.3 As práticas agroalimentares e o regramento da UC	113
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS.....	123
ANEXO.....	133

RESUMO

Práticas agroalimentares em unidades de conservação de uso sustentável sob a ótica da segurança alimentar

Mudanças em modos de vida têm sido observadas junto aos agricultores quilombolas e não quilombolas no Vale do Ribeira, trazendo reflexos diretos à alimentação das famílias, bem como ao modo de uso da terra para fins alimentares. A agricultura em pequena escala é uma prática comum nas unidades de conservação no bioma Mata Atlântica, configurando diferentes realidades quanto à segurança alimentar das populações residentes nessas áreas de conservação ambiental. Nesta pesquisa objetivou-se explorar a relação entre modos de vida e segurança alimentar em duas comunidades agrícolas em duas unidades de conservação de uso sustentável, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos da Barra do Turvo e da Área de Proteção Ambiental Planalto do Turvo, que fazem parte do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, Vale do Ribeira, SP. Os métodos usados para a coleta de dados incluíram questionário estruturado, recordatório 24 horas, sendo visitadas 48 unidades familiares, 24 em cada unidade de conservação. Dados secundários referentes ao cadastramento oficial do ITESP e da gestão de ambas UCs também foram consultados e sistematizados. Foram identificadas as atividades de subsistência que geram recursos alimentares e financeiros, os ambientes de obtenção das mesmas; os hábitos alimentares e verificados contrastes quanto ao consumo de alimentos. Atividades geradoras de alimentos contribuem para a segurança alimentar especialmente na RDS Quilombos, comunidade com maior grau de envolvimento com as práticas agroalimentares quando comparada a APA Planalto do Turvo. Diferenças significativas quanto à composição da dieta entre os grupos pesquisados não foram constatadas nesta pesquisa, indicando que não existem períodos de insegurança alimentar. Os resultados deste estudo reforçam a importância da agricultura contribuindo para a segurança alimentar, concluindo que a prática de produção agroalimentar na RDS e na APA não contradiz a premissa dessas unidades de conservação e contribui para a manutenção da segurança e a soberania alimentar. Embora esse equilíbrio seja frágil, podendo se desestabilizar devido a fatores como diminuição da mão de obra e baixa produtividade, pode-se considerar que a segurança e soberania alimentar foram confirmadas, uma vez que observou-se não haver insegurança alimentar junto aos grupos investigados.

Palavras-chave: Agricultores quilombolas; Agricultores migrantes; Reserva de desenvolvimento sustentável; Área de proteção ambiental; Mata Atlântica; Hábitos alimentares

ABSTRACT

Agrifood practices in sustainable use protected areas from the perspective of food security

Changes in lifestyle have been observed in the quilombolas and non quilombolas families in Vale do Ribeira-SP, bringing direct reflections in their feed habit, as well as the use of land in order to food purpose. Small-scale agriculture is a common practice in protected areas of the Atlantic Forest biome, configuring different realities on the food security of people in these areas of environmental conservation. This study aimed to explore the relationship between lifestyle and food security in two agricultural communities in two protected areas of sustainable use, the Sustainable Development Reserve Quilombo Barra do Turvo and Environmental Protection Area Plateau Nublado, part of the Mosaic Jacupiranga of Conservation Units, Vale do Ribeira, SP. The methods used for data collection included structured questionnaire and visit to 48 families, 24 in each protected area. Secondary data relating to official registration and management of ITESP and UC were consulted and systematized. Subsistence activities were identified that generate food and financial resources, as well as their production environment and the eating habits. Also was verified contrast in food consumption. Food generating activities contribute to food security especially in RDS Quilombos community which is the most expressive in the agricultural food practices when compared to APA Planalto do Turvo. Significant differences in diet composition between the groups surveyed were not found in this study, indicating that there are no periods of food insecurity. The results of this study reinforce the importance of agriculture contributing to food security. Concluding, the agricultural food production practice in the RDS and in the APA does not contradict the premise of these protected areas and contributes to the maintenance of security and food sovereignty. Although, this balance is fragile and may become unstable due to factors such as reduced labor and low productivity. Besides this, it can be considered that it was confirmed, since there was no food insecurity along the investigated groups.

Keywords: Quilombos farmers; Migrant farmers; Sustainable development reserve; Environmental protection area; Atlantic Forest; Eating habits

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Renda baseada no salário mínimo do ano de 2011.....	68
Gráfico 2 - Fontes de renda na RDS.....	70
Gráfico 3 - Cultivo de alimentos na roça e nos quintais das casas na RDS.....	73
Gráfico 4 - Recordatório 24 horas: café-da-manhã na RDS.....	80
Gráfico 5 - Recordatório 24 horas: almoço na RDS.....	81
Gráfico 6 - Recordatório 24 horas: café da tarde na RDS.....	82
Gráfico 7 - Recordatório 24 horas: jantar na RDS.....	83
Gráfico 8 - Frequência de consumo das fontes de proteína de origem animal nas famílias na RDS.....	84
Gráfico 9 - Frequência de consumo de frutas, legumes e verduras entre as famílias na RDS.....	84
Gráfico 10 - Frequência de consumo de grãos, amidos e carboidratos entre as famílias na RDS.....	85
Gráfico 11 - Frequência de ingestão de bebidas entre as famílias na RDS.....	85
Gráfico 12 - Frequência de consumo de alimentos industrializados entre as famílias na RDS.....	86
Gráfico 13 - Solicitações para uso direto ou indireto de recursos naturais na RDS no ano de 2013.....	89
Gráfico 14 - Solicitações para uso direto ou indireto de recursos naturais na RDS no ano de 2012.....	89
Gráfico 15 - Solicitações para uso direto ou indireto de recursos naturais na RDS no ano de 2011.....	90
Gráfico 16 - Mão de obra entre as famílias na RDS.....	92
Gráfico 17 - Origem dos alimentos consumidos pelas famílias na RDS.....	93
Gráfico 18 - Valores em R\$ gastos pelos agricultores quilombolas com compra de alimentos.....	96
Gráfico 19 - Tipos de animais criados pelos agricultores na RDS.....	97
Gráfico 20 - Origem dos agricultores migrantes residentes na APA.....	99
Gráfico 21 - Fontes de renda dos agricultores na APA.....	101
Gráfico 22 - Renda média das famílias da APA com base no salário mínimo do ano de 2011.....	101
Gráfico 23 - Origem dos alimentos consumidos pelos agricultores na APA.....	102

Gráfico 24 - Valores em R\$ gastos pelos agricultores quilombolas com compra de alimentos.....	103
Gráfico 25 - Cultivos de alimentos na roça e quintais das casas na APA.....	103
Gráfico 26 - Tipos de animais criados pelos agricultores na APA.....	105
Gráfico 27 - Recordatório 24 horas: café da manhã na APA.....	107
Gráfico 28 - Recordatório 24 horas: lanche da manhã na APA.....	108
Gráfico 29 - Recordatório 24 horas: almoço na APA.....	109
Gráfico 30 - Recordatório 24 horas: café da tarde na APA.....	110
Gráfico 31 - Recordatório 24 horas: jantar na APA.....	110
Gráfico 32 - Frequência de consumo das fontes de proteína de origem animal na alimentação das famílias na APA.....	111
Gráfico 33 - Frequência de consumo de frutas, legumes e verduras entre as famílias na APA.....	111
Gráfico 34 - Frequência de consumo de grãos, amidos e carboidratos entre as famílias na APA.....	112
Gráfico 35 - Frequência de ingestão de bebidas entre as famílias na APA.....	112
Gráfico 36 - Frequência de consumo de alimentos industrializados entre as famílias na APA.....	113
Gráfico 37 - Solicitações para uso direto ou indireto de recursos naturais na APA no ano de 2013.....	116
Gráfico 38 - Solicitações para uso direto ou indireto de recursos naturais na APA no ano de 2012.....	116
Gráfico 39 - Solicitações para uso direto ou indireto de recursos naturais na APA no ano de 2011.....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipos de frutas, verduras, legumes e temperos que são cultivados nas comunidades quilombolas da RDS.....	76
Tabela 2 - Origem dos alimentos não processados consumidos na RDS.....	95
Tabela 3 - Origem dos alimentos não processados consumidos na APA.....	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do MOJAC no Estado de São Paulo	36
Figura 2 - Mapa no município de Barra do Turvo com a localização no bairro Bela Vista – APA Planalto do Turvo, e a localização de Terra Seca, Ribeirão Grande, Cedro e Pedra Preta, as quatro comunidades que compõe a RDS Quilombos da Barra do Turvo.....	56
Figura 3 - Mapa da RDS Quilombos de Barra do Turvo onde estão as comunidades Terra Seca, Ribeirão grande, Cedro e Pedra Preta	57
Figura 4 - Mapa da APA Planalto do Turvo com a localização do bairro Bela Vista.	58
Figura 5 - Mapa do Uso da terra na RDS	72

LISTA DE ABREVIATURAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
APA	Área de Proteção Ambiental
CDB	Convenção de Diversidade Biológica
COOPERA	Associação Agroflorestal da Barra do Turvo
CNPT	Comissão Nacional de Populações Tradicionais
EEACONE	Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale
GESAC	Serviço de Atendimento ao Cidadão
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
MOJAC	Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga
SIEFLOR	Sistema Estadual de Florestas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SISBIO	Sistema de Informação sobre Biodiversidade
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PSF	Programa de Saúde da Família
UC	Unidade de Conservação
UNCED	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, desde a criação das primeiras unidades de conservação, as leis que determinavam as regras para a preservação da natureza se apresentavam incompatíveis com a presença humana, que em muitas regiões já estava consolidada. Segundo Thomas (1993) o conflito decorrente da presença de populações tradicionais, indígenas e não indígenas acompanha a história dos parques e outras unidades de conservação no Brasil e em outros países. Tais conflitos, muito mais do que conflitos fundiários, são conflitos culturais e têm sua origem histórica na crença de superioridade humana – antropocentrismo – da sociedade ocidental. Esse trabalho se insere no contexto dessa discussão, da dependência dos recursos naturais em Unidades de Uso Sustentável por seus habitantes.

A partir da Constituição Federal de 1988 foi definido que a Mata Atlântica e demais biomas no Brasil constituíam patrimônio nacional, e portando, sua utilização passou a ser regulada por leis ambientais, de forma a assegurar a preservação do ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. Tais leis restringiram o uso direto desses recursos pelas populações que nessas áreas já viviam, em específico os vinculados às práticas de produção alimentar. Isso resultou na organização de movimentos por parte das comunidades caiçaras, quilombolas e pequenos agricultores com o objetivo de garantir o direito de permanência nas áreas protegidas, bem como de exercer seus modos de uso da terra.

A busca de solução de impasses desta natureza levou a uma política ambiental de criação de unidades de conservação de uso sustentável, onde a presença humana e uso regulado dos seus recursos são permitidos.

Com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído em 2000, o Estado brasileiro passou a tratar a criação e a gestão de áreas protegidas no Brasil, à luz desta Lei Federal. Definiu-se então, normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, assim como dispositivos para orientar a gestão de áreas protegidas com populações residentes, bem como foi reconhecida a importância da conexão entre a valorização das culturas locais e a conservação dos recursos naturais (SMA, 2009).

Atualmente a utilização e proteção da Mata Atlântica é regulamentada pela Lei n.11.428, de 22/12/06, que dispõe sobre o Bioma Mata Atlântica como um todo, considerando-o o determinado pela Constituição Federal de 1988 (artigo 225, §4º).

No Estado de São Paulo a maioria das áreas protegidas está no Vale do Ribeira, perfazendo aproximadamente 2,1 milhões de hectares de florestas, equivalente a 21% dos remanescentes de Mata Atlântica do País¹. Segundo Campanili e Sachaffer (2010), 8,03% desse bioma está em unidades de conservação federais e estaduais.

O órgão gestor das unidades de conservação estaduais é a Fundação Florestal desde 2006, a partir da criação do Sistema Estadual de Florestas (SIEFLOR). Essa Fundação é responsável pela gestão de noventa e quatro unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, distribuídas pelo território paulista em diferentes categorias de proteção e manejo.

Estudos desenvolvidos por Diegues (2001), Sanches (2002) e Ferreira et al. (2001) constataram a existência de muitos impasses decorrentes das leis ambientais que regulam essas áreas e a realidade das populações caiçaras, indígenas, camponeses tradicionais e quilombolas que nelas habitam e que fazem uso da terra para práticas agrícolas.

Para comunidades que habitam esse tipo de unidades de conservação, a produção para o autoconsumo exerce um papel fundamental, por ser fonte de boa parte da alimentação da unidade familiar, atendendo não somente às necessidades fisiológicas, mas à cultura e aos hábitos alimentares da família e do grupo social como um todo. Segundo Cardoso (2010) os agricultores tradicionais possuem uma ideologia agrícola embasada nos saberes sobre a diversidade e sobre os processos ecológicos e estas influencia as tomadas de decisões locais.

Estando em áreas protegidas, onde há restrições de uso dos recursos naturais e tendo dependência deles para a produção dos alimentos, torna-se relevante avaliar se o fato de habitar em unidades de conservação de uso sustentável permite ao morador local, a manutenção dessas práticas e se as mesmas garantem a sua segurança e soberania alimentar. Foi este o propósito do presente estudo.

¹ Atlas da Evolução dos Remanescentes Florestais e Ecossistemas Associados do Domínio da Mata Atlântica no Período 1990-95, Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e Instituto Socioambiental - ISA, 1998.

Pretendeu-se verificar se tais práticas podem ser consideradas compatíveis com a premissa dessas unidades de conservação, e, ao mesmo tempo, se as mesmas têm proporcionado ações de reforço a práticas ecológicas de produção de alimentos que contribuem para a segurança alimentar.

A análise empreendida teve como referência empírica as práticas tradicionais de unidades familiares residentes em duas unidades de conservação de uso sustentável, mas de origem histórico-cultural distintas, as quais fazem uso da terra para produção alimentar de autoconsumo. Trata-se de agricultores quilombolas residentes da Reserva de Desenvolvimento Sustentável e de agricultores familiares migrantes da Área de Proteção Ambiental Planalto do Turvo, ambas integrantes do Mosaico de Unidades de conservação de Jacupiranga, do Estado de São Paulo.

Justifica-se a escolha por termos a preocupação com a questão histórico-cultural desses agricultores: os quilombolas, cuja ancestralidade está intimamente ligada ao território, e agricultores migrantes de diversas regiões do país, que se fixaram nesta localidade às margens da rodovia Régis Bittencourt (BR 116). Ambos os grupos apresentaram características passíveis de análise para desenvolver um estudo comparado, pois estão inseridos num mesmo contexto territorial de intersecção entre a conservação ambiental e uso da terra para fins agroalimentares. Foram identificadas e caracterizadas as estratégias para produção, origem hábitos de consumo alimentar de ambos.

Para tanto, a presente tese trabalhou com três orientações analítico-conceituais pertinentes ao conceito de segurança alimentar. A primeira consiste em conceber o sistema agroalimentar local como uma forma social compatível com a premissa das unidades de conservação de uso sustentável; a segunda refere-se ao processo de vulnerabilização da produção para autoconsumo das unidades familiares quilombolas e não quilombolas; e a última orientação focaliza as estratégias para a manutenção das práticas alimentares baseada no uso da terra no contexto da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos da Barra do Turvo e da Área de Proteção Ambiental Planalto do Turvo.

2 OBJETIVO

Verificar se a manutenção das práticas de produção agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares residentes na RDS Quilombos e APA Planalto do Turvo é compatível com a premissa das unidades de conservação de uso sustentável, e se ao mesmo tempo contribui para a sua segurança e soberania alimentar.

2.1 Objetivos específicos

- Conhecer a produção, a origem dos alimentos e suas formas de consumo;
- Analisar se a produção agroalimentar é compatível com o regramento dessa categoria de unidade de conservação;
- Analisar se as práticas de produção garantem a segurança e a soberania alimentar.

3 HIPÓTESE

A prática de produção agroalimentar na RDS e na APA não contradiz a premissa dessas unidades de conservação e contribui para a manutenção da segurança e a soberania alimentar, embora esse equilíbrio seja frágil podendo se desestabilizar devido a fatores como diminuição da mão de obra e baixa produtividade.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 As Unidades de conservação e a presença humana

A concepção de proteção da natureza baseada na criação de espaços reservados separados do convívio humano, cujo uso seria controlado pelo poder público, nasceu em meados do século XIX. Essa concepção teve como marco histórico a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, primeiro parque nacional americano e considerado um marco referencial para as unidades de conservação modernas (AMEND; AMEND, 1995).

A discussão sobre a questão ambiental intensificou-se e ganhou maior importância nas três últimas décadas do século XX, em virtude da ampliação da crise ambiental e social. Segundo Ferry (1994, p. 102), o homem vem se posicionando no centro do desenvolvimento, tornando a natureza uma mera fonte de matéria-prima e cujos segredos devem ser desvendados em prol da supremacia da sociedade dita desenvolvida ou civilizada. O tema Ecologia ganhou posição de destaque e recebeu contribuições técnico-científicas de diversas áreas das ciências humanas e biológicas, resultando na incorporação de aspectos sociais na discussão do problema ambiental a ser resolvido: pobreza; populações rurais excluídas; desigualdade social; conservação da biodiversidade; produção de alimentos saudáveis; saúde e meio ambiente; objetivando compatibilizar desenvolvimento e conservação ambiental. E assim, emerge um conceito mais amplo, o da sustentabilidade, no qual podem ser observados os aspectos: ecológicos, econômicos, técnicos, espaciais, políticos e socioculturais. Para Becker (1994) a busca do desenvolvimento interativo entre ser humano e natureza se dá através de processos produtivos adaptados aos ecossistemas locais.

No ano de 1973, a Conferência de Estocolmo, sobre Meio Ambiente foi o foro mundial onde se tratou da questão da sustentabilidade dos recursos naturais, da necessidade de se projetar o futuro seguro e de repensar o mundo. Entretanto, somente no início da década de 1980, esta questão foi tratada com maior relevância, e anos depois, com a publicação do Relatório Brundtland (*Nosso Futuro Comum*, 1987), foi lançado o conceito de “desenvolvimento sustentável” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD, 1991). A partir de então, o conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se multidimensional englobando as melhorias difundidas no campo social, como o bem estar de toda a sociedade. Adicionou-se então a este conceito a ideia de que não

existe um simples modelo para atingi-lo. E acima de tudo, que o desenvolvimento precisava ser sustentável, não devendo somente tratar das atividades sociais ou econômicas, mas também ser relacionado à população, o uso dos recursos naturais e os resultados dos impactos no meio ambiente (ELLIOT, 1999).

No fim dos anos de 1980 e início de 1990 muitos documentos internacionais foram produzidos e tornaram-se marcos importantes no reposicionamento das populações tradicionais² no interior de Áreas Protegidas, levando ao estabelecimento de políticas que resguardassem os direitos dessas populações. Um exemplo, a *Estratégia Mundial para a Conservação* onde se salientou a importância da participação e da consulta às comunidades rurais e, recomendou que os vários métodos tradicionais de manejo dos recursos vivos fossem mantidos ou restabelecidos (UICN/PNUMA/WWF, 1980).

Em 1992 durante a Eco92, realizada no Rio de Janeiro foi instituída a Convenção de Diversidade Biológica (CDB), que é um instrumento de direito internacional, do qual o Brasil é signatário. Mais tarde esta convenção se tornou lei no Brasil. Esta tem por objetivos a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de suas partes constitutivas e a repartição justa e equitativa dos benefícios que advêm do uso dos recursos genéticos.

Como marco na agenda política internacional, há que destacar a Agenda 21 aprovada por ocasião da Eco 92, por ser um amplo plano de ação dirigido para o desenvolvimento sustentável, aprovada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced). O capítulo 14 da Agenda 21 trata da promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável.

Deve-se considerar que as políticas nacionais e programas a serem implantados em várias regiões do país, por várias décadas, foram decididos nos gabinetes e apenas em raros momentos decisórios houve envolvimento e a participação das comunidades e organizações civis locais. Cunha (2009) defende que, para incentivar o uso sustentável e a conservação ambiental, além de negociar com os governos, deve-se evidentemente tratar com as populações que habitam as áreas detentoras de recursos genéticos, suas efetivas guardiãs.

² Para este estudo adotamos a definição de populações tradicionais concebida por Cunha e Almeida (2001): ...são grupos que conquistam ou estão lutando para conquistar (por meios práticos e simbólicos) identidade pública que inclui algumas e não necessariamente todas as seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto; formas equivalentes de organização social; presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis; e por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados. (p.192)

No Brasil, o marco legal de reconhecimento das comunidades tradicionais se deu entre 1990 e 2000, em três momentos: com a criação das Reservas Extrativistas na Amazônia, em 1990 (com objetivo de atender aos interesses de populações extrativistas, integrando conservação e populações locais, a partir do princípio do uso sustentável dos recursos naturais); com a promulgação do Decreto Federal nº 750/1993 (que dispunha sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação da Mata Atlântica, admitindo-se certas exceções à aplicação) e em 2000 com o Sistema Nacional de Unidades de conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 1993).

Vale pontuar que, na década de 90, o governo do Estado de São Paulo reconheceu legalmente pela primeira vez a existência de moradores “tradicionais” em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, e instituiu procedimento técnico-administrativo para autorizar o uso direto dos recursos às famílias residentes que dependiam da agricultura de subsistência para prover parte de sua alimentação (SÃO PAULO, 1989, 1991; SANCHES, 1997).

Conforme anteriormente exposto, o SNUC é um documento legal que dispõe de importantes indicativos para compreender como o Estado interpreta as populações tradicionais do ponto de vista da conservação e como as atende na sua reprodução social. Deve ser visto também como uma forma de proteção do patrimônio cultural em especial no que se refere à cultura das comunidades tradicionais, cujo modo de vida tem relação direta com a natureza. A lei do SNUC entende o termo “preservar a natureza” como “o conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos ecossistemas naturais (art. 2º, V)”.

Segundo Santilli (2004) uma das inovações do SNUC é a proposta de contemplar a interface entre a diversidade biológica e cultural, e, identificamos não só a conservação da biodiversidade, como também a conservação da socio-diversidade.

Importante ressaltar que somente a partir da regulamentação do SNUC foram criadas as unidades de conservação de uso sustentável, dentre elas as categorias de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Áreas de Proteção Ambiental (APA), que possibilitam a permanência da população tradicional no seu interior.

No entanto, observa-se que nesta lei está preconcebido que a economia tradicional é a exclusivamente de subsistência, considerada como a produção necessária apenas para o consumo. Tanto as RDSs como as APAs têm como objetivo buscar a sinergia entre a conservação da natureza e seus atributos, a proteção dos ambientes e a qualidade de vida de seus habitantes, de acordo com o SNUC.

Categorizando o espaço da RDS e APA como um território agroambiental no qual o homem rural se dispõe a fazer pactos em prol da conservação dos recursos ambientais. Conforme formulado por Cunha (2009), as comunidades, ao compreenderem que seus direitos ao território não eram suficientes para impedir que fossem criados sobre os mesmos espaços protegidos para a conservação da fauna e flora, ou seja, a conservação da natureza sem homens colocaram-se dispostos a firmar consensos com a ala conservacionista. Assim, como traduz Cunha (2009, p. 89) “as comunidades se dispuseram a estabelecer acordos e pactuar regras para uso fruto desses territórios”.

Segundo Born e Talocchi (2002), em virtude da redemocratização do país, pelo trabalho das lideranças locais e de instituições do Estado de São Paulo, ações para ampliar a cobertura de áreas protegidas foram implementadas, quando então a região da bacia hidrográfica do Rio Ribeira tornou-se foco da atenção por parte dos órgãos ambientais.

Em 2005 foi apresentado um Projeto de Lei na Assembléia Legislativa de São Paulo, o qual propunha a exclusão de áreas de um Parque Estadual no Vale do Ribeira, o Parque de Jacupiranga, criado em 1969, numa área de relevância ambiental ímpar na divisa dos estados de São Paulo e Paraná, perfazendo uma área de 149.249 hectares (LINO, 2009). No ano de 2008 esta UC de Proteção Integral foi recategorizada constituindo o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (Lei Estadual n.12.810/08) – Figura 1, onde é permitida a integração de unidades de conservação de uso Sustentável e unidades de conservação de Proteção Integral.

Vale pontuar que a decisão da recategorização desta Unidade de Conservação foi devida à sua realidade ocupacional e por outras questões ligadas à ineficiente gestão do Estado em garantir a proteção dessa área, somadas às muitas reivindicações das comunidades. Desde a criação do antigo Parque Estadual de Jacupiranga nos anos de 1960, o território de várias comunidades quilombolas, caiçaras e agricultores tradicionais sofreu restrições para atividades de agricultura,

como forma de inibir a devastação da floresta. Entretanto, este Parque foi criado sobre a rodovia BR-116, o que facilitou a exploração e a retirada de madeira ilegal em muitos setores desta Unidade de Conservação, particularmente na porção do município de Barra do Turvo. A Fundação SOS Mata Atlântica (1993) calculou que aproximadamente 60% da ocupação humana no interior do Parque concentrou-se ao longo do trecho de influência da rodovia, advinda das periferias da região metropolitana de Curitiba e de São Paulo, e resultando em desmatamentos para formação de pastos e a exploração extrativista predatória (BARROSO, 1999; OLMOS, 2003; SÃO PAULO, 1997).

O atual Mosaico é formado por 14 unidades de conservação, sendo 3 unidades do grupo de Proteção Integral: os Parques Caverna do Diabo, o Rio Turvo e o Lagamar de Cananéia, e 11 unidades do Grupo Uso Sustentável: 4 Áreas de Proteção Ambiental (APAs), 2 Reservas Extrativistas (RESEX), 5 Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), sendo que uma delas, a RDS Quilombos, sobrepõe quatro comunidades quilombolas: Ribeirão Grande e Terra Seca, Reginaldo, Pedra Preta e Cedro. Este Mosaico localiza-se no Vale do Ribeira, ao sul do Estado de São Paulo, vizinho ao Estado do Paraná, e engloba uma área de 149.249 hectares.

Este foi o primeiro Mosaico de criado no Estado de São Paulo, cuja premissa de acordo com o Art. 26 do SNUC é a gestão integrada e participativa de um conjunto de unidades de conservação, que estejam próximas, sobrepostas ou justapostas.

Figura 1 - Localização do MOJAC no Estado de São Paulo
Fonte: Lei do MOJAC 2008

4.2 O Vale do Ribeira: especificidades de ocupação e práticas de subsistência

Historicamente, o povoamento da região do Vale do Ribeira localizada no extremo sul do Estado de São Paulo, confunde-se com o do Brasil. No século XVI, o povoado de Iguape foi fundado, o qual se tornou juntamente com o de Cananéia, os mais prósperos da região sudeste da Capitania de São Vicente. Dada a localização geográfica de ambos os povoados, divisa do Tratado de Tordesilhas, foram palco de conflitos entre portugueses, espanhóis e franceses, de disputavam o domínio desses povoados. Portanto, conflitos por domínio de terra.

No século XVII, no Vale do Ribeira os colonos europeus estabelecidos, mantinham a economia extrativista aurífera e agrícola utilizando-se de escravos negros, capturados em diversas regiões da África. Vale aqui reproduzir a reflexão do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em seu Artigo intitulado “A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária”

Simultaneamente à luta dos povos indígenas, nasceram as lutas dos escravos negros contra os senhores fazendeiros rentistas. Dessas lutas e das fugas dos escravos nasceram os quilombos, verdadeiras terras da liberdade e do trabalho de todos no seio do território capitalista colonial (OLIVEIRA, 2004, p.190).

No início do século XVI, iniciou-se a extração de ouro no rio Ribeira de Iguape, atividade essa que se manteve até o início da mineração no Estado de Minas Gerais. Neste período o Vale do Ribeira se encontrava povoado por colonos europeus, africanos e indígena, os quais mantinham a economia extrativista de recursos naturais e agrícola do Brasil colônia, utilizando-se de escravos negros, capturados em diversas regiões da África. No Brasil, esses grupos africanos realizaram intensamente trocas culturais e estabeleceram alianças entre si.

Mesmo com a decadência da atividade mineral no decorrer do século XVII, em decorrência da descoberta de minas em outras regiões, o porto de Iguape continuou tendo grande importância, agora como exportador de gêneros agrícolas, inicialmente para outras partes do país, mas posteriormente para mercados europeus e latino-americanos. No século XIX o arroz se tornou o principal produto agrícola da região, explorado com mão de obra escrava no interior e carregado por canoas pelo rio Ribeira até o litoral. Sua exploração continuou em alta até o final do século, quando a abolição da escravatura e oscilações importantes no mercado nacional e internacional mergulhou a economia do arroz, e de toda a região, em grande

depressão econômica, da qual se recuperou apenas na segunda metade do século XX, já com uma economia mais diversificada.

O processo de formação das comunidades quilombolas no Vale do Ribeira foi se constituindo nas terras abandonadas pelos antigos senhores de escravos, no início do século XIX. Quando a atividade aurífera entra em decadência no Vale do Ribeira, muitos dos fazendeiros e exploradores de ouro da região abandonaram as terras que ocupavam, onde já viviam ex-escravos, e onde passou a se constituir muitas das terras quilombolas até hoje existentes ao longo do Rio Ribeira de Iguape, entre Iporanga e Eldorado.

Mesmo ocupando locais com certo isolamento geograficamente, nunca viveram descontextualizadas da produção agrícola regional, ora atuando como fornecedores de bens alimentícios, ora na qualidade de meeiro, ou empregado de fazendeiros. Nesse sistema social, o negro rural no Vale do Ribeira, mais tarde chamado de quilombola, era condicionado à condição de semi-escravo, pois não tinha qualquer autonomia sobre a decisão do que plantar, e muito menos sobre a terra, a luta pela terra nos quilombos do Vale do Ribeira, como bem referencia Carril (1995, p. 161).

(...) é, de um lado, uma fração da luta pela reforma agrária e de outro, uma tentativa de reparar parcialmente a histórica exclusão social do negro brasileiro, no tocante a comunidades com identidades próprias.

No início do século XIX, a política de incentivo à imigração no Brasil se intensifica (MONBEING, 1978). Houve estímulos à produção de arroz e chá asiático, em programas de colonização e fixação de imigrantes japoneses. Já os pequenos produtores no Vale do Ribeira mantinham lavouras essenciais, mas buscavam empregar a mão-de-obra disponível na cultura do arroz, ocasionando uma alta no preço dos alimentos oferecidos em pequena quantidade no mercado local.

No início do século XIX, tinha se tornado o principal produto de exportação da região. Os escravos continuaram sendo a principal mão-de-obra utilizada nas plantações de arroz. A banana sempre foi uma cultura natural da região e apresentou-se como uma nova opção de sobrevivência. O chá também foi uma alternativa de sobrevivência.

A partir da segunda metade do século XIX, a rizicultura entrou em crise devido às oscilações de mercado e dificuldades encontradas para manter e repor os fatores de produção (SCARPIN, 1991).

Ainda nesse mesmo século, por volta de 1892, o regime republicano no Brasil, instituiu a propriedade da terra nos moldes previstos pelos sistemas capitalistas, ou seja, passavam a ser proprietários de terras aqueles que possuísem um contrato denominado “Registro de Propriedade”, efetivado entre o indivíduo e o Estado (INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA - ITESP, 1998, p. 78).

O Vale do Ribeira é historicamente conhecido por problemas na definição dos direitos de propriedade das terras, desde a Lei de Terras em 1850. Nesta região, ainda hoje poucos agricultores têm título de propriedade das terras que ocupam. A grande maioria dos moradores, caiçaras, caipiras e também os quilombolas, encontra-se na condição de posseiro e subordinado muitas vezes aos latifundiários.

A partir da década de 1950, a região passou a ser alvo das atenções de especuladores imobiliários, de empresas extrativistas e agropecuárias devido, principalmente, às suas características de baixa densidade populacional, e de falta de regularização fundiária das comunidades rurais e tradicionais.

O Vale teve seus recursos naturais³intensamente explorados. Essa exploração, por exemplo, de palmito juçara (*Euterpe edulis*) e caxeta (*Tabebuia cassinoides*), se deu por empresas privadas que adquiriram ou usurparam grandes extensões de terra habitadas por famílias caiçaras, ribeirinhas e descendentes de quilombos. Na década de 1970, após a construção da rodovia BR-116, houve um crescente populacional e econômico na região, aliado ao avanço exploratório desordenado sobre os recursos naturais.

Vale pontuar que no estado de São Paulo, especificamente no Vale do Ribeira, a maioria da população tem uma forte tradição agrícola, mas fatores como o declínio da lavoura e a desapropriação das terras para implantação de unidades de conservação provocaram a adesão de outras estratégias econômicas e de subsistência, como a bananicultura e a agropecuária. Estima-se que haja uma população de 411.474 habitantes, onde mais da metade habita as zonas rurais (SANTOS; TATTO, 2008; BORN; TALOCCHI, 2002).

³Recurso é entendido como elemento de natureza com utilidade para o ser humano considerado necessário ou desejável para alcançar um fim.

Nos anos de 1969 foi lançado o Plano Diretor de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul e a criação do Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale (CEDAVAL). Este último foi criado dado interesse do Governo japonês em fomentar o desenvolvimento da agricultura altamente capitalizada e tecnicamente sofisticada na região da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira (Instituto da Cidadania, 1996). Mais uma vez se implantava um plano de governo que não levava em consideração as condições ambientais, sócio-econômicas e fundiárias, peculiares desta região do Estado de São Paulo. Esse fato também coincide com o maior período de urbanização das cidades do Vale do Ribeira (HOGAN et al., 1999).

Nos anos de 1980, a região de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira foi alvo de atenção do Governo Estadual, pelo fato que a região encontrava-se em subdesenvolvimento econômico, em relação às demais regiões de São Paulo. Várias foram as explicações apontadas para tal fato, dentre elas a irregularidade fundiária e também por não ser uma região propícia à expansão de uma agricultura atrativa à agroindústria (Carril, 1995). Em meados dos anos 1980 a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), organização civil ligada à Igreja Católica, colaborou para que as comunidades rurais e quilombolas no Vale do Ribeira se organizassem em busca de seus direitos à permanência nas terras que ocupavam e não a entrega dessas para os grandes latifundiários (SANTOS, 2005).

Segundo Born e Talocchi (2002), em função das restrições de uso e ocupação do solo, até o início da década de 1990 do século passado, período em que se estabeleceu a maioria das unidades de conservação (UC) no Vale do Ribeira, as comunidades locais agrícolas e extrativistas foram forçadas a incorporarem outras formas de acessos aos recursos ambientais locais e à subsistência. Suas relações sociais de produção podem ser consideradas menos impactantes ambientalmente se comparadas com as essencialmente capitalistas. Ainda nos anos 1990, era observado um processo de migração de populações oriundas dos estados do Nordeste, do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro para diversas regiões, dentre elas para o Vale do Ribeira (BAENINGER, 2000). Neste mesmo período, foi dado início à implementação de programas de inspiração neoliberal pelo Governo Federal, como a abertura econômica abrupta e a estabilização monetária atingida através de elevados juros e alteram significativamente o quadro econômico no país (TEDESCO, 2001, p.32-37).

O meio rural no Vale do Ribeira passou por muitas fases, desde o período da escravidão, e ainda naquele momento, apresentava frágeis condições sociais, incluindo o aumento da exclusão e da concentração de renda.

Sendo o Vale do Ribeira uma região relevante pela riqueza ambiental e diversidade sociocultural, qualquer proposta de desenvolvimento requer que seja considerado as populações nela existentes. Botelho (1992), afirma ser necessário que tal desenvolvimento seja dimensionado quanto à sua contribuição com relação ao bem estar dos habitantes e seus descendentes, que considere as diversidades socioculturais e as condições ambientais particulares de cada território.

Muitas comunidades caboclas, ribeirinhas, indígenas, de origem quilombolas e migrantes de outras regiões do Brasil desenvolveram suas próprias estratégias de uso dos recursos naturais nos locais territoriais onde se estabeleceram. Tais grupos criaram estratégias cognitivas mediante observação e experimentação da natureza ao seu redor. Esse conhecimento pode ser profundamente codificado da bagagem cultural recebida, transmitida e refinada de geração a geração.

Considerando as especificidades do meio rural desta região, merecem destaque as comunidades quilombolas. De acordo com os dados oficiais do Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP), até 2007 foram reconhecidas no Estado de São Paulo 21 comunidades quilombolas, das quais 15 estão localizadas no Vale do Ribeira e destas, 6 foram tituladas. Outras 10 encontram em fase de reconhecimento. De acordo com os dados oficiais do Itesp somados aos da EAACONE, são 59 comunidades quilombolas existentes na porção paulista do Vale do Ribeira (SANTOS; TATTO, 2008). Segundo dados recentes no ITESP no Vale do Ribeira totalizam-se 25 comunidades remanescentes de quilombos, sendo 5 localizadas no município da Barra do Turvo.

Para Arruti (2008) existem atualmente 3.900 comunidades quilombolas no Brasil, com aproximadamente 325 mil famílias. Porém, o número de comunidades que foram certificadas como remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares é de 1.749 e apenas 189 receberam o reconhecimento de seus territórios.

Na Constituição Federal do Brasil de 1988, as comunidades quilombolas são definidas como “grupos que desenvolveram, ao longo do tempo, práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”, portanto, têm direito a seus territórios tradicionalmente ocupados (BRASIL, 2008).

O processo histórico que trouxe aos indivíduos de um grupo a auto-identificação de quilombos apresenta a questão da identidade como elemento central para a reafirmação da condição de ser e viver um lugar (ALMEIDA, 2002).

A partir da década de 1990, as comunidades quilombolas passam a reivindicar os seus territórios tradicionais, bem como têm início projetos para seu desenvolvimento.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6.040/2007, em seu Artigo 3º, define que remanescentes de quilombos são compreendidos como

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia - ABA (1994, p. 81) sobre Terra de Quilombo

O termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo “ressemantizado” para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil.[...] consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio [...] No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade.

As comunidades quilombolas desenvolveram suas próprias estratégias de uso dos recursos ambientais disponíveis nas áreas do território do Vale do Ribeira onde se estabeleceram, mediante observação e experimentação, desenvolveram um extenso e minucioso conhecimento sobre os processos naturais que ordenam o meio ambiente local. Esse conhecimento pode ser profundamente codificado na bagagem tradicional e transmitido e refinado de geração a geração. Suas relações

de produção estão baseadas no uso intensivo da mão-de-obra familiar e da tecnologia de baixo impacto (COLCHESTER *in* DIEGUES, 2000, p. 239).

Um importante marcador cultural nesses grupos habitantes de áreas protegidas é o uso da terra expressa pela agricultura de corte e queima ou coivara. A revisão da literatura sobre agricultura itinerante entre populações em unidades de conservação mostra que poucos estudos têm sido feitos nesse campo, entre os quais destacamos as pesquisas de Sanches (1997); Adams (1996); Sales e Moura (1994) e Lima (1994).

Segundo Da Silva (2008), a prática da coivara reflete um processo de formação das populações camponesas no Brasil oriundo dos contatos históricos com os indígenas no período da colonização. Além de estratégias de dominação dos recursos naturais das florestas que os colonizadores aprenderam com os povos indígenas, os costumes alimentares europeus foram modificados e adaptados para as condições ofertadas pelo ambiente de floresta tropical (QUEIROZ, 1973). Segundo Carril (1995) as comunidades quilombolas do Vale sempre mantiveram relações sociais e econômicas com os pequenos núcleos urbanos regionais, com os grandes proprietários rurais e as autoridades locais, e praticavam a agricultura de excedentes comercializáveis.

Conforme constado por Santos e Tatto (2008) em estudo realizado junto a 14 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, os agricultores quilombolas têm como prática de manejo agrícola, abandonar a área onde se estabeleceu a roça tradicional, por aproximadamente cinco anos de *pousio*⁴ e retornar para fazer novamente uso após a vegetação florestal ter se restabelecido, assim como a fertilidade do solo.

Os agricultores quilombolas até os dias de hoje utilizam a técnica da agricultura de corte e queima que implica na derrubada, limpeza para queima do restante da cobertura vegetal nesta presente, para após realizar o plantio. Esta área é então cultivada por até três anos. E após a colheita da produção há o abandono da área por mais ou menos cinco anos, o chamado sistema de *pousio*.

Somente em 2006, com a Lei n 11.428, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, a denominação *pousio*

⁴ Forma de manejo da mata e solo que possibilita o descanso da área após ter sido cultivada. Sua origem vem do sistema agrícola indígena, com certa adaptação dos colonizadores portugueses, que conhecemos com agricultura itinerante.

ganhou conceituação legal. No Artigo 22 da referida lei define-se *pousio* como “uma a prática que prevê a interrupção de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais do solo por até dez anos para possibilitar a recuperação de sua fertilidade”.

O sistema de coivara tem se transformado rapidamente nas últimas décadas, devido à intensificação agrícola, caracterizada pela diminuição ou abandono do período destinado ao *pousio*, e, até a redução no tamanho e número das roças (PEDROSO JUNIOR, 2008).

A partir de estudos sobre o manejo dos recursos naturais, a agricultura de corte e queima (a agricultura de coivara) passa a ser vista como uma forma de se construir o ambiente (POSEY, 1987; DENEVAN 2001, 1984; POSEY, 1984).

O uso de pequenas porções de terra para a agricultura e seu abandono possibilitando o descanso da área para recomposição da vegetação florestal. apresenta dinâmica parecida com a floresta, por propiciar o surgimento de novas plantas em locais de clareiras, onde são formadas por algum advento natural e humano. No caso das roças estabelecidas nas unidades de conservação de uso sustentável é um benefício direto do homem para a manutenção da variabilidade das espécies florestais, uma vez que novas gerações irão novamente se estabelecer nas áreas onde foram retirados os produtos cultivados (agricultura itinerante), proporcionando o retorno da cobertura florestal.

De acordo com Adams (1994) vários autores levantam a possibilidade de que a interferência humana no processo sucessional nas florestas tropicais acabou funcionando como fonte de variabilidade para as espécies. Posey (1987) observou que o abandono das áreas (roças) não ocorre de fato, pois certos cultivares introduzidos continuam por mais tempo a fornecer frutos, como é o caso do cará (*Discorea* sp), a banana (*Musa* sp) entre outras.

De acordo com Altieri (1989) em todo o mundo aproximadamente sessenta por cento das terras cultivadas são manejadas por métodos tradicionais e de subsistência. O mesmo autor afirma que neste tipo de agricultura, o fogo desempenha um papel fundamental. Apesar de haver muitas variantes, a maioria segue uma mesma estrutura, ou seja, um esquema alternado de tempo de uso da área com vegetação florestal que é selecionada para o cultivo; posterior derrubada da vegetação e sua queima; em média dois anos, esta área é mantida em atividade de produção, chegando à etapa de *pousio*.

De acordo com Emperaire (2008) a pratica da agricultura de corte e queima realizada em condições de baixa pressão demográfica constitui-se num sistema altamente viável, que permite conciliar objetivos de produção, e de conservação da biodiversidade, tanto agrícola quanto florestal.

Por ser um sistema itinerante de cultivo o qual baseia-se na disponibilidade de nutrientes no solo, resultado da biomassa presente na serrapilheira que contém nutrientes que são mobilizados durante a queima e capturado pelas plantas na forma de cinzas. Este sistema de cultivo apresenta-se sob diversas nomenclaturas: agricultura de coivara, roça de toco, agricultura de subsistência, roça de corte e queima. Como aponta Adams (2000), todos esses termos são entendidos como sinônimos.

Esta estratégia agrícola baseado no corte e queima é uma prerrogativa das comunidades quilombolas no Vale do Ribeira, dado que é entendida como uma prática cultural, estratégica para o manejo agrícola. Entretanto, deve-se reconhecer a existência de outros tipos de atividade agrícola familiar, com formas próprias de uso de terra, estas com restrição ao uso do fogo, e que se constituem também um elemento de grande influência na construção da paisagem. Esse tipo de agricultura é praticado por grupos que se instalaram na região advindos de outras localidades, trazendo consigo outras experiências agrícolas. De todo modo, nos sistemas agrícolas desenvolvidos pelos pequenos agricultores, há forte vinculação entre o que se cultiva e o se come.

Merece ressaltar que a Lei da Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428/2006) definiu parâmetros para supressão de até dois hectares por ano da vegetação em área submetida ao *pousio*, na pequena propriedade rural ou posses de população tradicional ou de pequenos produtores rurais, mediante autorização do órgão ambiental competente...” (Artigo 23). E ainda reconheceu essas atividades rurais como indispensáveis para a reprodução da vida de comunidades rurais tradicionais, ou mesmo dos pequenos agricultores residentes. Vale destacar o § 1º do Art. 23 desta Lei

Consideram-se atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais imprescindíveis à subsistência do pequeno produtor rural e populações tradicionais e de suas famílias, de que trata o caput, o corte e a supressão de vegetação em estágio médio de regeneração até o limite máximo de dois hectares da área coberta por vegetação em estágio médio de regeneração existente na propriedade ou posse.

O entendimento do agricultor familiar conforme estabelecido na Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei nº 11.326/2006), que em seu Art. 3º define **agricultor familiar** como o indivíduo que pratica atividades no meio rural e faz uso de área não maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utiliza predominantemente mão-de-obra da própria família; com renda familiar originada das atividades econômicas da área e que dirige seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O conhecimento desses agricultores, no entendimento ecológico dos sistemas agrícolas, segundo Altieri e Nicholls (2000) está assentado em quatro aspectos: o conhecimento sobre o ambiente, as taxonomias biológicas, o conhecimento de práticas agrícolas e na sua natureza experimental. Por essas características, tais práticas não chegam a se constituir em ameaça à conservação do ambiente, inclusive porque são realizadas em pequena escala.

Com a consagração do termo agricultura familiar na década de 1990, no contexto agropecuário do país, há o reconhecimento, particularmente para certos territórios, das atividades de produção de autoconsumo como essenciais para a reprodução das famílias rurais e cumpre uma função vital para a manutenção da segurança alimentar. Sem mencionar que muitos pequenos agricultores localizados em diversas áreas de todo o território brasileiro passaram a ser considerados “guardiões da agrobiodiversidade”, mantendo bancos genéticos de cultivares agrícolas *cerca situ*, ou seja, em suas unidades de produção familiar.

É neste sentido que se direcionou a presente pesquisa. Pretendeu-se focalizar as práticas de produção agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares, quilombolas e não quilombolas, de modo a verificar a sua contribuição para a sua segurança alimentar, mantendo compatibilidade do aspecto legal com as premissas das unidades de conservação de uso sustentável.

4.3 Produção de autoconsumo, Segurança e Soberania alimentar

Ao longo da história, os agricultores domesticaram (e continuam domesticando) plantas silvestres e, através de um processo de seleção e melhoramento, as adaptaram à agricultura e às suas necessidades. Diferentes sistemas agrícolas foram sendo desenvolvidos em várias partes do mundo

(REIJNTJES et al., 1994), moldando o abastecimento e consumo de alimentos no mundo contemporâneo.

A conservação e a utilização sustentável dos recursos fitogenéticos são indissociáveis. Portanto, qualquer variedade de planta cultivada é o resultado de atividades de melhoramento desenvolvidas ao longo de muitas gerações de agricultores, e a agrobiodiversidade é fruto do manejo complexo e dinâmico dos cultivos agrícolas realizado pelos agricultores, e não pode ser reduzida a apenas um fenômeno natural; ela é também um fenômeno cultural (SANTILLI, 2009).

Os agricultores camponeses detêm saberes que possibilitam manipular uma base de recursos, o que lhes garante certa autonomia (PLOEG, 2008), que se traduz como provisão alimentar pela produção familiar para autoconsumo.

A organização da produção leva em conta os ciclos próprios da natureza, a partir do qual se constroem as técnicas mais adequadas e os processos de trabalho. Em suas práticas produtivas, estas comunidades expressam sua leitura do ambiente, desenvolvida num movimento de relações empíricas e cotidianas com o meio, na construção de seu *modo de vida*. A leitura que fazem do seu espaço ecológico remete aos usos que elas aí praticam, diretamente relacionados à reprodução da sua vida material e simbólica (FERREIRA, 2006).

Gazolla (2004) classifica o autoconsumo também chamado de agricultura e/ou produção para subsistência como é uma característica própria da agricultura familiar.

De acordo com Maluf (2004) a viabilização das atividades de produção agroalimentar continua sendo elemento essencial para a reprodução das famílias do meio rural em condições dignas tanto como fonte direta de renda monetária e de alimentos para o autoconsumo, quanto por fornecerem a base necessária para muitas das atividades não agrícolas.

Na América Latina, há uma larga tradição no tratamento da problemática alimentar, sendo que no Brasil as análises pioneiras e clássicas são de Josué de Castro, em sua obra *Geografia da Fome*, o século XX, ao tratar da gravidade do problema da fome.

A produção de alimentos para autoconsumo foi objeto de estudo de autores clássicos como Chayanov (1974) ou mesmo Wolf (1976), e, no Brasil também são referências de pesquisa nessa área Brandão (1981), Woortmann e Woortmann (1997), e Antônio Cândido (2001), entre outros.

A produção para autoconsumo cumpre uma importante função ao manter internamente a unidade familiar e a satisfação de uma de suas necessidades vitais: a alimentação. Configura-se como uma estratégia que confere às unidades familiares maior controle sobre o processo produtivo e, por conseguinte, sobre a sua reprodução social (PLOEG, 2006). Pesquisas sobre este tema concluíram que esta atividade contribui para a segurança alimentar, para a redução da pobreza rural, e tem interfaces com a sociabilidade e a identidade dos agricultores (MENASCHE, 2007; RAMOS, 2007; LEITE, 2004; GAZOLLA, 2004; SANTOS e FERRANTE, 2003).

No bojo do debate sobre segurança alimentar de povos e comunidades tradicionais é preciso considerar como uma estratégia para tal, a produção de autoconsumo, onde a qualidade da alimentação pode ser gestada e gerenciada dentro da unidade familiar, em contraposição à subordinação imposta pela produção de alimentos em quantidade sem qualquer preocupação quanto à qualidade e à origem das sementes.

A manutenção da segurança alimentar em grupos humanos habitantes em unidades de conservação de uso sustentável está associada a uma mudança na forma de acesso aos recursos naturais e à implantação efetiva de uma política para reforma agrária. Entretanto, não há ou são incipientes as ações públicas voltadas para a melhoria da qualidade da vida humana.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) não chegou a estabelecer uma categoria de unidade de conservação especialmente voltada para a proteção da agrobiodiversidade, cujo conceito reflete as dinâmicas e complexas relações que se estabelecem entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes nos quais convivem, repercutindo sobre as políticas de conservação dos ecossistemas cultivados, de promoção à segurança alimentar e nutricional das populações, de inclusão social, bem como de desenvolvimento sustentável (SANTILLI, 2009, p. 95). Todavia o Brasil, sendo signatário desde 2002 do Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma no ano de 2001⁵, deve promover a conservação da agrobiodiversidade também em unidades de conservação.

⁵Tratado entrou em vigor internacional em 29 de junho de 2004, e para o Brasil em 20 de agosto de 2006, e em 2008 foi promulgado pelo Decreto nº 6.476, de 05/07/2008.

A temática da segurança alimentar aparece mais explicitamente no cenário das políticas públicas brasileiras a partir dos anos 1980. No bojo dos debates das políticas públicas a respeito da segurança alimentar que é observado que esta aponta além do aspecto da qualidade nutricional do alimento, o respeito aos hábitos culturais e aos modos de produção ecologicamente sustentáveis.

No Brasil, o grande marco da segurança alimentar é a proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar que foi apresentada pelo governo paralelo pela oposição a Collor de Melo. Tratou-se de uma política visando maior democratização do Estado brasileiro, notadamente no que se refere ao acesso ao alimento pela população brasileira. Entretanto, somente na década de 1990 que a problema da fome, passou a ter maior destaque na agenda pública brasileira. A partir de 1992, por meio do movimento social articulado chamada “Ação da cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida”, que se implementou em todo o país, iniciando-se em 1993, a “Campanha Nacional de Combate à Fome”, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho). A partir deste marco de decorrentes mobilizações sociais ao redor do tema “fome”, ao longo da última década do século XX foram implementadas ações emergenciais em várias regiões do Brasil.

Vale pontuar que também no ano de 1993, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena, o direito à alimentação passou a ser equiparado aos demais direitos do homem estabelecidos na Carta dos Direitos Humanos de 1948. Essa mudança fundamental na forma de encarar o direito à alimentação e o compromisso internacional de redução das estatísticas relacionadas com a fome, colocou o Estado na posição de provedor e responsável pelo bem estar alimentar de sua população.

Em 1995 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável, e tem como objetivo geral: fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo. Desde sua criação, o PRONAF tem se firmado como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os

agricultores familiares.

Nos anos de 2003, o Governo Federal, ainda com o objetivo de estabelecer políticas emergenciais de segurança alimentar, formulou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁶, visando implementar ações no âmbito das políticas agrícolas e de segurança alimentar para o combate à fome. Desta forma, a Lei nº 10.696 de 2003 (Lei que criou o PAA) possibilitou a aquisição direta de produtos locais além de agricultores familiares também agricultores quilombolas, para distribuir alimentos às populações de maior vulnerabilidade social.

No ano de 2002 houve a realização do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN)⁷, onde se definiu o conceito de Segurança Alimentar como

a realização do direito de todos a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares promotoras de saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, devendo realizar-se em bases sustentáveis (FBSAN, 2003).

A garantia da segurança alimentar é condição *sine qua non* o Direito Humano à Alimentação Adequada. Assim, a proposta contida na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346/2006 constitui em mais um dispositivo legal que pode contribuir na formulação e implementação de políticas, planos e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada (COSTA, 2007). A referida lei, que vem assegurar a indivisibilidade dos direitos humanos, institui a segurança alimentar como foco prioritário de políticas públicas e programa do governo, além de instituir as definições, princípios e objetivos para a composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o SISAN.

⁶O PAA é operacionalizado por intermédio de seis mecanismos: Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF), Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite (IPCL), Contrato de Garantia de Compra (CGAF) e Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF). É gerido por um Grupo Gestor composto por representantes de seis órgãos federais: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (FIGURA), Ministério da Fazenda (MF) e Ministério da Educação. Cabe salientar que este programa faz-se presente em 25 Estados, sendo mais expressivo nos Estados onde a agricultura familiar é mais expressiva. Em 2006, São Paulo era o quarto estado com maior número de agricultores familiares do PAA, com quase 4 mil agricultores (MATTEI, L. p.35-44 in FILHO e CARVALHO, 2007).

⁷ IV Encontro Nacional do FBSAN foi realizado em 2003 na cidade de São Paulo.

No ano de 2010 a alimentação foi incluída no Artigo 6º *Direitos Sociais dos Cidadãos* da Constituição Federal Brasileira, com a seguinte definição

são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Texto da C.F. após Emenda Constitucional nº 63 de 2010).

Esta inclusão no texto da Constituição Brasileira foi resultado da campanha nacional pela inclusão deste direito através de iniciativas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e de entidades públicas e privadas do país.

Desde a década de 1950 existe o Programa de Alimentação Escolar (PNAE), com o objetivo de alimentar estudantes de escolas públicas, que em 2009 é aprimorado quando passa a ser obrigatório que ao menos 30% dos recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação destinados aos municípios sejam usados para aquisição de produtos da agricultura familiar.

No ano de 2010, a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional foi regulamentada através do Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010, instituindo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Em concordância com as diretrizes da PNSAN, a segurança alimentar e nutricional abrange, dentre outros aspectos: “a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar”; “a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos”; “o estímulo de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população”; e “a produção de conhecimento e o acesso à informação”.

O conceito de segurança alimentar aqui apresentado busca abarcar não só as questões de ordem nutricional e econômica, mas sim uma ordem simbólica e cultural do que vem a representar o alimento para os povos e de que forma o acesso às formas de obtê-lo representa um direito para os mesmos. Numa perspectiva antropológica, a alimentação deve ser vista como uma dimensão da cultura em interação dinâmica com o meio ambiente, a economia e os valores de cada grupo social.

Segundo Maluf e Menezes (2006), são três os pontos norteadores da segurança alimentar: 1) a qualidade nutricional dos alimentos, inclusive a ausência de componentes químicos que possam lesar a saúde humana; 2) os hábitos/cultura alimentar específicos de cada comunidade, de cada grupo social; e 3) a sustentabilidade do sistema alimentar, ou seja, a contínua produção e presença de alimentos.

Considerada nesses termos, há que se considerar ainda que as estratégias de segurança alimentar no meio rural, se aproximam ao que é preconizado pela soberania alimentar.

Vale destacar que no ano de 1996 foi realizada a Cúpula Mundial da Alimentação, promovida pela FAO. Nessa ocasião tornou-se inevitável a polarização sobre o tema do comércio internacional de alimentos. Menos no debate entre governos e mais pelas enérgicas manifestações de representações da sociedade civil. É neste momento que emerge com força a idéia da soberania alimentar. A mais ativa representação internacional dos camponeses, a Via Campesina, reivindica a soberania alimentar como “o direito de cada nação manter e desenvolver sua própria capacidade para produzir os alimentos básicos dos povos, respeitando a diversidade produtiva e cultural” (VALENTE, 2001).

Em 2001 em Cuba a concepção de soberania alimentar foi defendida pela Via Campesina em Cuba no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, que reuniu trabalhadores do campo, indígenas, pescadores, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil e pesquisadores.

Entende-se por soberania alimentar o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um espaço fundamental (DECLARAÇÃO DO FÓRUM SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Posteriormente, o conceito tomou mais fôlego no sentido da construção da soberania alimentar como

O direito dos povos, comunidades e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmo e as suas sociedades (VIA CAMPESINA, 2002, p. 23).

Deste modo, o conceito de soberania alimentar se apresenta de forma mais abrangente do que segurança alimentar, uma vez que reflete a preocupação dos agricultores camponeses enquanto produtores reais de alimentos, com base na sua cultura de produção agrícola e no espaço geográfico local. A prática defendida pela Via Campesina está baseada na produção através de métodos sustentáveis, culturalmente apropriados, com fins a propiciar que o consumidor defina seu consumo alimentar. Ao contrário do que é advogado pela indústria agroalimentar, estes se posicionam de forma contrária ao modelo agroindustrial da produção de alimentos.

Para além das questões do acesso aos alimentos e também das formas de obtê-los, a soberania alimentar envolve três aspectos fundamentais: agricultura camponesa, preservação da biodiversidade e autodeterminação daquilo que é consumido pelos povos. Proposto pelos movimentos sociais do campo, especialmente pela Via Campesina, o conceito surge como um posicionamento crítico à aproximação que o conceito de segurança alimentar utilizado possuía com o viés neoliberal. De acordo com Campos e Campos (2007) para este movimento, a questão alimentar até então abordada se preocupava apenas em garantir alimentos, sem se importar com onde e como são produzidos, o que favorece o agronegócio e contribui para inviabilizar a agricultura camponesa.

Nesse sentido, vale destacar a necessidade de se considerar a noção de soberania alimentar enquanto perspectiva que se fundamenta na salvaguarda das agriculturas locais como meio eficaz de produção de alimentos e de combate à fome, uma vez que esta concepção considera as agriculturas locais como aquelas que mobilizam de forma mais harmoniosa os recursos naturais disponíveis em suas terras e são praticadas por agricultores familiares que mantêm sua identidade.

Tratou-se, portanto, no presente trabalho de verificar como as práticas agrícolas de unidades familiares residentes em unidades de conservação de uso sustentável se relacionam com os preceitos da segurança alimentar, bem como da soberania alimentar, por considerar a dimensão cultural. E ainda analisar se tais práticas podem ser consideradas compatíveis com a premissa dessas unidades de conservação, e, se estas têm proporcionado ações de reforço a práticas ecológicas de produção de alimentos.

5 METODOLOGIA

5.1 Seleção da área de estudo

A decisão por realizar esta pesquisa junto a agricultores quilombolas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável e agricultores da Área de Proteção Ambiental Planalto do Turvo foi possível devido aos laços de confiança estabelecidos pela autora com tais grupos e gestores públicos das áreas, anteriormente à pesquisa, por consequência do histórico anterior de trabalho socioambiental na região.

Ambas as unidades de conservação de uso sustentável fazem parte do Mosaico do Jacupiranga, na porção que abrange o município de Barra do Turvo e estão geograficamente separadas por outra unidade de conservação, o Parque Estadual do Turvo, uma UC de proteção integral e nas proximidades da BR 116 (Figuras 2, 3 e 4). As referidas unidades apresentam uma série de particularidades e diferenças se comparadas a outras categorias de unidades de conservação do mesmo grupo que compõe o Mosaico.

A APA está localizada nos municípios de Barra do Turvo e Cajati, possuindo um total de 2.721,87 hectares, sendo que a RDS abrange também o mesmo município, ocupando uma área de 5.826,46 hectares.

O censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1990 mostrou que no município de Barra do Turvo, que tem 80% de sua área inserida no Parque, 34,8% da população era constituída por migrantes (GUILLAUMON, 2003). Semelhante aos tempos passados, Barra do Turvo ainda se configura como um município predominantemente rural, com uma população estimada no ano de 2004 de aproximadamente 8.613 pessoas, sendo 68% concentrados na área rural e apenas 32% fixadas na área urbana da sede municipal. Mesmo a maior concentração populacional estando no meio rural, esta não é a principal fonte econômica da Barra do Turvo, e sim, as associadas ao setor de serviços (OTANI, 2005).

Figura 2 - Município de Barra do Turvo com a localização das comunidades estudadas, bairro Bela Vista – APA Planalto do Turvo, a localização de Terra Seca, Ribeirão Grande, Cedro e Pedra Preta, as quatro comunidades que compõe a RDS Quilombos da Barra do Turvo
 Fonte: Arquivo da APA Planalto do Turvo, 2014, adaptado pela autora

levantamento de dados constitui-se na classificação da população, pertinente aos moradores rurais no Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC), com base no tipo de relação que eles mantêm com o sistema agroalimentar. Para tanto, foram selecionados indivíduos para realizar entrevistas seguindo o critério de uso e residência, ou seja, ser morador e exercer práticas agrícolas, visando entender em profundidade a diversidade dos sistemas agroalimentares o relacionamento com os recursos naturais do local.

Foram levantados dados secundários, por meio de registros documentais produzidos pelos gestores de ambas as unidades de conservação, e levantamentos do ITESP. Como fonte de dados primários utilizou-se um questionário estruturado junto aos chefes de família das duas unidades de conservação de uso sustentável. A técnica da entrevista como instrumento de coleta de dados em pesquisas nas ciências é comumente utilizada (GODOY, 1995; MINAYO, 1994).

Como referendado por Gil (1999), a entrevista enquanto técnica de pesquisa é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas têm conhecimento, acreditam, almejam, desejam realizar, realizaram ou planejam realizar, bem como as permitem captar suas motivações, justificativas para suas atitudes ou para o que tenham pretensão em realizar. Adotou-se ainda o método recordatório 24 horas, para identificar a frequência de consumo dos principais itens alimentares que constituem a dieta no dia anterior à entrevista. O questionário de frequência de consumo, segundo Holanda e Barros Filho (2006), é um instrumento para apontar as preferências, bem como a frequência de ingestão de alimentos e bebidas. Também fez parte deste roteiro a fonte dos alimentos, ou seja, local de aquisição (supermercado, mercado, armazém), a produção (hortas, roça, etc), seja doméstica, seja de vizinhos, e outros, assim como as questões que contemplam os aspectos da análise realizada por Certeau et al. (1996).

Por meio do questionário foram extraídos dados quantitativos relativos à produção para autoconsumo, hábitos alimentares, escolaridade, idade, origem, frequência e consumo, fontes alimentares, dentre outros.

A pesquisa desenvolveu-se entorno do tema alimentação, que segundo Contreras e Gracia (2005) é considerada interdisciplinar. Para fins desta pesquisa adotamos como base de análise três eixos que fazem parte do conceito de Segurança Alimentar:

- Disponibilidade de alimentos = oferta em quantidade e qualidade obtida via produção para autoconsumo ou compra;
- Acesso = obtenção de alimentos quando esses não são produzidos - poder de compra e,
- Estabilidade de produção = mão de obra e áreas disponíveis para cultivo, possibilita suprir parte da demanda de alimentos do núcleo doméstico e desonera parte do orçamento para a compra de outros bens, que não os alimentares.

Frente ao exposto e devido ao caráter interdisciplinar desse estudo optou-se por agrupar os dados obtidos em quatro categorias de análise a fim de melhor refletir sobre cada uma delas: 1) caracterização socioeconômica; 2) produção, origem e consumo de alimentos; 3) dieta alimentar (recordatório 24 horas), e, 4) práticas agroalimentares e regramento da UC.

Para cooperar na discussão teórica dos dados obtidos por meio das entrevistas, dois conceitos definidos pelo SNUC (Lei Federal nº 9.985/2000) foram destacados por estar diretamente associados à temática da pesquisa - a definição de *conservação da natureza* e *uso sustentável* à luz desta Lei.

A conservação da natureza significa

(...) o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (Art.2º; § XIV da Lei 9.985/2000).

E o conceito de *uso sustentável* corresponde à

exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos de forma socialmente justa e economicamente viável (Art.2º; § XI da Lei 9.985/2000).

5.3 Descrição dos sujeitos e situação de pesquisa

A pesquisa de campo abrangeu as quatro comunidades quilombolas que compõem a RDS Quilombos e agricultores do bairro Bela Vista, localizado na APA Planalto do Turvo.

De acordo com o levantamento de famílias da RDS, realizado em 2013 por representantes das comunidades no conselho deliberativo desta UC, o número de famílias quilombolas residentes era de 136. Em contraposição a este dado segundo os Relatórios Técnicos Científicos⁸ realizados pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP), nas comunidades quilombolas que compõem a RDS até 2008 a população era de aproximadamente 178 famílias. Já no âmbito do Plano de Utilização, é apresentado que até 2009, havia 73 famílias quilombolas residentes na RDS. Devido ao fato das fontes de dados populacionais apresentarem discrepância, para fins desta pesquisa optamos por nos respaldar no dado populacional aferido pelo Conselho Deliberativo da RDS, uma vez que este é o dado populacional declarado pelos representantes das comunidades.

Segundo o cadastro do ITESP realizado em 2009, na APA Planalto do Turvo existiam 374 famílias. De acordo com o gestor desta Unidade de Conservação, somente no bairro Bela Vista, estima-se que residam por volta de 150 famílias. Portanto, podemos afirmar que esta é a localidade mais populosa da APA, sendo, formada por consequência da ocupação de migrantes vindos de diversas regiões do país, mais expressivamente do norte do Paraná.

A pesquisa de campo se deu entre os meses de março a dezembro de 2011 em ambas as Unidades de conservação. As incursões para entrevistar os agricultores e observar a realidade da agricultura eram realizadas a cada dois meses, com permanência 5 a 7 dias. Esta variação se dava em função da disponibilidade dos agricultores em dialogar com a pesquisadora.

Nestes períodos, foi possível participar de reuniões do conselho deliberativo da RDS, bem como de reuniões com membros da associação de agricultores do bairro Bela Vista.

⁸A criação desta categoria de investigação denominada Relatório Técnico Científico, bem como os parâmetros que o norteiam, são resultantes dos esforços do Grupo de Trabalho criado pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto n. 40.723, de 21 de março de 1996, que tinha por objetivo fazer proposições visando à plena aplicabilidade dos dispositivos constitucionais conferentes do direito de propriedade aos remanescentes das comunidades de quilombos em território paulista. Fonte: Diário Oficial Poder Executivo - Seção I quarta-feira, 23 de dezembro de 2009, São Paulo, 119-239 p.

O foco da pesquisa foram agricultores quilombolas residentes na área constituída RDS Quilombos, e, agricultores residentes do bairro Bela Vista no sentido de investigar seus hábitos alimentares, bem como suas estratégias de uso da terra para fins alimentares. Para apresentar aos grupos a proposta da pesquisa, contatamos os gestores das duas Unidades de conservação, e os diretores das quatro associações quilombolas existentes da RDS, e da associação do Bairro Bela Vista. Após obter o consentimento das Associações, buscou-se estabelecer laços de confiabilidade com pessoas chaves na RDS e na APA, que serviram de mediadoras para a interlocução com famílias. Durante a pesquisa de campo foram realizadas no total 48 entrevistas, sendo 24 na RDS e 24 na APA. As entrevistas, com exceção de três unidades domésticas, duas na RDS, e, uma no bairro Bela Vista na APA Planalto do Turvo, foram feitas com mulheres, que responderam às questões do questionário estruturado. As entrevistas concedidas pelos chefes de família, em duas situações eram viúvos e moravam sozinhos, e no caso da RDS a esposa estava no momento da entrevista ausente de casa.

As entrevistas foram realizadas a partir do esclarecimento dos objetivos da pesquisa, e também, do pedido e consentimento para fazer registros fotográficos. Outros esclarecimentos como, por exemplo, a indagação de alguns moradores, se a pesquisa iria trazer algum tipo de desenvolvimento para a comunidade, foram igualmente realizados. Foi também assumido o compromisso de fazer uma apresentação dos resultados da pesquisa à comunidade tão logo esta fosse concluída. Após a explicação dos objetivos da pesquisa, a maior parte dos entrevistados manifestou uma atitude colaborativa com relação às entrevistas. Estas foram realizadas nas residências dos moradores, previamente agendadas ou na própria ocasião, e na maioria das vezes, foram acompanhadas por pessoas da casa, em geral familiares, que acabavam também fazendo parte da entrevista, ou eram entrevistados em seguida.

Como recursos metodológicos foram utilizados a “observação participante” e entrevistas realizadas a partir de um roteiro previamente planejado com tópicos e perguntas abertas, de maneira a tornar possível a percepção de outras nuances. A observação participante se caracterizou pela interação nas atividades do cotidiano local, mais expressivamente junto aos moradores quilombolas da RDS do que junto aos agricultores da APA Planalto do Turvo, dada a distância entre as ocupações e a dificuldade de compatibilizar os encontros da pesquisadora com os informantes. Vale

relatar que ao contrario das moradias na RDS, as ocupações na APA Planalto do Turvo se apresentam mais dispersas, e para acessar tais locais era necessário veículo. Como para o deslocamento contávamos com o apoio do veículo do Parque do Turvo quando este estava em diligencia a este local, por muitas vezes não foi possível encontrar uma pessoa da casa disposta a conceder a entrevista. No mesmo tempo, nesta localidade as relações com pessoas ligadas à instituição responsável por garantir o cumprimento das leis ambientais, não eram bem-vindas.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 Os agricultores da RDS Quilombos

6.1.1 Caracterização socioeconômica

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Quilombos de Barra do Turvo é uma unidade de conservação de uso sustentável que sobrepõe quatro bairros de origem quilombola no município de Barra do Turvo - Cedro, Terra Seca, Ribeirão Grande e Pedra Preta-Paraíso. Está localizada a 320 Km de distância da cidade de São Paulo e a 150 Km de Curitiba. O acesso a essa unidade de conservação é através da Rodovia BR -116 e da Estrada SP - 552.

As famílias das quatro comunidades pertencem a uma rede comum e extensiva de relações entrelaçadas de parentesco. A maioria das casas está situada ao longo das margens do Rio Turvo e Ribeirão Grande. São casas simples, em grande parte de madeira e uma minoria de alvenaria. A água que abastece as casas é captada de minas d'água e transportada através de canos, não havendo saneamento básico, e em grande parte das mesmas também não há fornecimento de energia elétrica.

Em todas as comunidades quilombolas que compõem a RDS há luz elétrica, ainda que não acessível a todas as famílias. Na maioria das casas não há fossa negra. De modo geral, as águas provenientes da cozinha e do banheiro são jogadas em cursos d'água próximos. O lixo sólido, com exceção de vidros e latas, na maioria das comunidades é queimado. Já o orgânico é lançado nos quintais como alimento para os animais domésticos. A grande maioria das famílias possui fogão a gás, no entanto, o uso do fogão à lenha é hábito da maioria.

De modo geral, o serviço de saúde prestado nas comunidades é precário. Este serviço é oferecido pelo município da Barra do Turvo através do Programa de Saúde da Família (PSF). A cidade mais frequentada pelas famílias quilombolas é Barra do Turvo, além de Curitiba, devido à proximidade ser maior do que para a capital de São Paulo. A maioria das famílias se desloca até estas cidades para fazer compras e utilizar os serviços públicos, postos de saúde e hospitais. Vale pontuar que, em cada uma das comunidades que compõem a RDS Quilombos, há uma associação comunitária, seus associados fazem reuniões mensais e há pagamento de uma mensalidade. O recurso econômico é destinado a pequenas melhorias nos salões comunitários e promove algumas festas nas comunidades, em especial na ocasião de comemoração ao dia da (o) padroeira(o).

Na RDS não há telefone público, mas alguns moradores possuem telefonia celular rural. Na comunidade Ribeirão Grande há Internet gratuita através o programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC).

Anteriormente à criação do Parque, as comunidades quilombolas presentes nesta área onde está a RDS, ao longo de algumas décadas, têm observado os vários ciclos econômicos, como: o extrativista, o agropecuário, o da suinocultura, o da produção de feijão, e, mais recentemente, o da silvicultura e bubalinocultura. Em contraposição às atividades mencionadas, as comunidades quilombolas da Barra do Turvo, mantiveram-se com suas práticas agrícolas voltadas à produção, prioritariamente, para o autoconsumo familiar, e o extrativismo - baseado na coleta de recursos florestais para uso terapêutico, uso doméstico, alimentação, construção de casas e também obtenção de fonte protéica (carne de caça). Portanto, as práticas humanas são construídas na medida em que certos padrões culturais compõem o modo de vida do grupo e fornecem orientações, parâmetros ou receitas para a realização dessas práticas humanas, como é o caso do hábito alimentar.

Nesse contexto, Bourdieu (1972) destaca o *habitus* como o fundamento mais sólido da interação dos grupos e das classes, e mostra ser relevante estudar as práticas e orientações culturais de diferentes grupos sociais em seus diferentes modos de enfrentar situações da vida cotidiana.

Há também, a considerar que o “modo de vida” dessas comunidades ainda se baseia no compartilhamento da terra (espaço físico) de forma comunal, mesmo havendo áreas de uso particular de cada família como o espaço da casa, do quintal, da roça onde a família desenvolve suas atividades agrícolas e suas práticas cotidianas.

As comunidades quilombolas aqui tratadas têm ainda parte de sua fonte alimentar proveniente de suas roças - milho, mandioca, feijão, cana e banana. No entanto, essa prática quase que depende exclusivamente do trabalho empenhado pelos chefes de família, o pai e a mãe, uma vez que as gerações jovens, os filhos e netos, têm pouco interesse nesta atividade, limitando assim a capacidade de mão-de-obra do grupo familiar para o exercício das atividades essencialmente agrícolas.

Na maioria dos 24 núcleos domésticos entrevistados, as famílias eram compostas em média por 4 membros, o casal e dois filhos e/ou netos em idade escolar. Somente em duas casas, havia apenas um residente, por serem viúvos. Em geral todos os entrevistados informaram que a maioria dos filhos e netos residiam

em Curitiba em função do trabalho (empregados no comércio ou na construção civil). Com relação à faixa etária, observou-se que 35% dos homens tinham idade entre 60 e 50 anos, 30% com idade acima de 60 anos, e 35% na faixa etária entre 30 a 49 anos.

As casas nas comunidades, na grande maioria são de alvenaria com partes de pau-a-pique (como a cozinha) e circundadas por terreiros, também chamados quintais, onde são criados, de forma extensiva, animais de pequeno porte, frutíferas e plantas de pequeno porte.

Ao longo do período de campo, foi observado que na RDS alguns atores externos às comunidades exercem alguma relação política, religiosa e ou normativa, como é o caso da Fundação Florestal, órgão da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo responsável pela gestão das unidades de conservação do Estado de São Paulo, das igrejas (Evangélicas e Católicas), da Cooperafloresta (Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo-SP e Adrianópolis-PR), do ITESP (Instituto de Terra do Estado de São Paulo), e da EEACONE (Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira).

A carência financeira é apontada também como um dos problemas enfrentados e que obriga grande parte da população mais jovem a abandonar o trabalho rural na comunidade, e migrar rumo aos centros urbanos, principalmente Curitiba, à procura de ocupação temporária ou algum emprego assalariado. Esta falta de alternativa de geração de renda, somada à dificuldade de acesso ao ensino formal de segundo grau, levam jovens e adultos a migrar em busca de oportunidades. Este fato contribui para a crescente desvalorização e perda dos padrões alimentares tradicionais e alimentação de melhor qualidade, além de outros problemas como a diminuição de mão-de-obra familiar nas atividades agrícolas.

No território da RDS não tem escola de ensino fundamental e nem médio. Os alunos se descolam de ônibus escolar até os bairros Rio Vermelho e Indaiatuba, bairros no entorno da RDS. Não há Posto de Saúde e mesmo nos casos mais simples os moradores necessitam ir até a sede do município de Barra do Turvo para ser atendidos no único Posto de Saúde dessa localidade. Em casos de doenças mais graves, os pacientes que têm parentes em Curitiba muitas vezes preferem buscar tratamento de saúde por lá, ao invés de se submeterem a fila de espera para conseguir um encaminhamento médico para tratamento na rede de saúde de municípios também do Vale do Ribeira: Cajati, Pariquera-Açú e ou Registro.

Com relação à saúde das famílias entrevistadas, somente 4 pessoas dos 24 entrevistados, portanto, 17%, afirmaram ter alguma doença, como: pressão alta, colesterol, diabetes ou queimação no estômago. O que nos leva a considerar que os hábitos alimentares das famílias quilombolas da RDS apresentam-se satisfatórios do ponto de vista de uma alimentação onde não há consumo de alimentos industrializados relativamente baixo, conforme observado nos dados de frequência alimentar.

Com relação a fontes de renda, observa-se no Gráfico 1, 8 (33,3%) entrevistados afirmaram ter renda mensal entre 1 a 2 salários mínimos, 8 (33,33%), 8 (33,3%) entrevistados declararam renda acima de 2 salários, 6 (25%) entrevistados declararam obter um salário e apenas 2 (8,33%) entrevistados não informaram a renda.

Gráfico 1 – Renda na RDS baseada no salário mínimo do ano de 2011

De acordo com Shanin (2008) a flexibilidade de adaptação com o propósito de reproduzir o seu modo de vida, o apoio e a ajuda mútua e a multiplicidade de soluções encontradas para garantir a reprodução da vida, ou seja, as estratégias de manutenção da economia doméstica são qualidades de todas as comunidades rurais tradicionais sobreviventes à “modernidade”. Tais características foram também identificadas nas comunidades quilombolas que compõem a RDS.

Woortmann (1967) em seu estudo com camponeses na Amazônia relatou as estratégias de uso e ocupação da terra, observando que os casais camponeses

recém casados estabeleciam moradia e uso da terra nas proximidades dos pais. Assim iniciava-se um novo ciclo de desenvolvimento – casal jovem, logo seguido de filhos pequenos, que quando se tornavam produtivos somavam-se a mão de obra familiar e assim a área cultivada se expandia, chegando a uma extensão relativamente grande. A autora neste mesmo estudo constatou que vários camponeses estavam migrando para uma nova situação de classe, a de comerciante, e concluiu que em função da força de trabalho familiar na agricultura, promovia a produção de um excedente capaz de fornecer o capital inicial para iniciar uma nova atividade produtiva – ser comerciante.

Como se observa no Gráfico 2, dos 24 entrevistados, 18 indivíduos (75%) afirmaram ter na família pelo menos um residente recebendo o benefício da aposentadoria por idade, ou como agricultor (a) familiar. Como segunda fonte de renda e a principal obtida por meio do uso da terra 11 (46%) dos entrevistados declararam a venda de produtos da agricultura familiar através do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e 3 (23%) para a COOPERA (Associação Agroflorestal da Barra do Turvo) que comercializa também por meio do PAA e em feiras em Curitiba. No entanto, observa-se que a renda obtida por meio de serviços associados à construção civil, aparece no ranking como sendo a terceira fonte de renda mais expressiva de 8 famílias (33%). Se classificarmos as fontes de renda em grupos, constituímos três grupos: o de origem da agricultura, o dos serviços e/ou comércio e o da seguridade social, sendo a agricultura a mais expressiva com 58,3%, ocupando o primeiro lugar no ranking.

Gráfico 2 - Fontes de renda na RDS

6.1.2 Produção, origem e consumo de alimentos

A distribuição e o consumo de alimentos é uma expressão de uma variedade das relações sociais: as de proximidade ou distância social, fraternidade e *status* religioso-ritual, sua ordenação e relação política, laços dentro e entre as famílias etc. A definição dos alimentos, sua distribuição e seu consumo sempre ocorrem em relação a indivíduos em sua condição de detentores de *status* e pertencentes a categorias dentro de grupos institucionalizados (CONTRERAS; GRACIA, 2011).

Observa-se nas comunidades quilombolas estudadas que o sistema agrícola para produção de autoconsumo está assentado no uso itinerante das áreas de floresta. Nessas áreas são cultivadas variedades agrícolas que se constituem em um mosaico de agrobiodiversidade, onde a dinâmica é a da interação intra e entre espécies numa mesma área.

Nos 5.826,46 hectares que compõem a área da RDS há três glebas: Cedro, Pedra Preta e Ribeirão Grande/Terra Seca – que também correspondem à área das

quatro comunidades quilombolas. Os principais usos da terra (Figura 5) são a roça e a pastagem que juntas somam 3343,94 hectares ou 57,39% da área total. O espaço geográfico utilizado para os sistemas agroflorestais equivale a 324,23 hectares ou 5,56% de toda a área da RDS. Já as áreas ocupadas com a cultura da mandioca e da cana-de-açúcar somam 5,77 ha ou 0,09%. As áreas com cobertura florestal de alto potencial para uso sustentável da floresta somam 1741,86 ha, o que equivale a 29,90% da RDS, enquanto as áreas já exploradas, ou seja, as áreas de floresta de média conservação florestal somam 183,93 ha (3,16%). Há ainda 226,73 ha (3,89%) de áreas de interesse para abertura de roças, atualmente com cobertura florestal em diversos estágios de regeneração (Plano de Utilização da RDS, 2009-2010⁹).

As roças ocupam pequenas áreas no espaço geográfico que cada família considera ser seu “sítio”. Possibilita uma diversidade de produtos em termos de variedade e qualidade alimentar.

Em geral o tamanho de uma área de roça não ultrapassa 1,5 hectares. Após a derrubada da cobertura vegetal é feito o aceiro¹⁰ de pelo menos 3 metros ao redor de toda a área e, somente depois, é utilizado fogo para queima do material vegetal sobre o solo. Esta prática assegura que não haja queima em outra área além da preparada para ser cultivada.

⁹ O Plano de Utilização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo elaborado em 2009, seguindo o disposto na Lei Federal n. 9.985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de conservação (SNUC), que servirá de instrumento normativo para as unidades de conservação de usos sustentável até que o Plano de Manejo desta UC elaborado.

¹⁰ São espaços ao longo da área a ser queimada, cuja vegetação deve ser completamente removida da superfície do solo, com a finalidade de prevenir a passagem do fogo para fora da área delimitada para ser queimada.

Figura 5 – Mapa do Uso da terra na RDS
 Fonte: Plano de Utilização 2009

A produção agrícola para além do autoconsumo, ou seja, comercializada foi declarada por 14 entrevistados, como pode ser observado no Gráfico 2, venda de produtos via COOPERA, 3 produtores e 11 produtores indicaram comercializar ao PAA. Alguns produtos da roça, como o arroz, o feijão e o milho e outros são comercializados exclusivamente dentro das próprias comunidades.

Os dados do Gráfico 3 demonstram que 23 (96%) dos indivíduos têm roça, e somente 5 (21%) justificaram o fato de ter abandonado o roçado por não terem mão-de-obra para ajudar na atividade ou devido a idade avançada não conseguem mais lidar na lavoura.

Gráfico 3 - Cultivo de alimentos na roça e no quintal na RDS

As políticas de incentivo à agricultura familiar podem ser observadas também na RDS como forma de estimular a prática do uso da terra não somente para o autoconsumo alimentar da família, mas também como fonte de renda econômica. Conforme pode ser constatado junto a agricultores quilombolas do Vale do Ribeira, no ano de 2006/2007, o PAA já aparecia como fonte de renda (SANTOS; TATTO, 2008). Portanto, é evidente o fomento à produção de autoconsumo, por meio das políticas públicas de incentivo à mão-de-obra familiar na agricultura, uma vez que a segurança alimentar no meio rural depende diretamente desta prática. De alguma forma, pode-se dizer que a Lei que instituiu o PAA desburocratizou o processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar para atender os programas públicos,

ao dispensar as regras de licitação requeridas pela Lei nº 8.666/93, a qual estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No entanto, se observa que ainda há obstáculos que estão diretamente ligados às estratégias governamentais delineadas para este setor, como por exemplo, a dificuldade dos municípios em estabelecer mecanismos mais consistentes para evitar que o PAA possa ser utilizado para suprir interesses de grupos políticos locais.

Conforme Trupp (1998), a perda de diversidade de plantas cultivadas é um fenômeno global, com prejuízos também a segurança alimentar das comunidades rurais.

As atividades que antecedem a preparação do plantio propriamente ditas são divididas entre os membros da família e, quando necessário, são realizados mutirões compostos por familiares, vizinhos e amigos, como no caso da abertura da área para a roça na mata e na colheita.

Uma enorme variedade de relações e de emoções: parentesco, compromisso, simpatia, gratidão, podem ser expressas por meio do presente de comida (CONTRERAS; GRACIA, 2011).

O trabalho nas roças envolve a divisão de trabalho por gênero. Os homens realizam as etapas do preparo da área para o plantio, desde o corte da vegetação, a remoção dos troncos (coivara), e, a queima dos restos vegetais presentes nesta. As mulheres também cooperam no momento do plantio e na colheita. O cultivo engloba a abertura de novos campos (áreas de roça) ano após ano, tendo em vista a manutenção das plantas cultivadas e a produção de alimentos.

Observou-se que parte da fonte alimentar das comunidades quilombolas da RDS é proveniente de suas roças onde em geral é cultivado milho, mandioca, feijão, abóbora cana e banana. Alguns agricultores cultivam pequenas áreas de pupunha. As sementes e mudas utilizadas nos cultivos de subsistência, como no caso do feijão, na maioria das vezes, são originárias das roças da comunidade. Entretanto, para outros cultivos como é a semente de arroz, boa parte das famílias já não detém sementes de cultivos tradicionais. E as adquire em lojas agropecuárias na cidade de Barra do Turvo, e algumas vezes fornecidas pelo ITESP. Somente 3 (12%) dos entrevistados afirmaram guardar de um ano para o ano semente de arroz,

milho e feijão. No caso da semente do feijão, costumam guardar em cestos, após as sementes serem engraxadas com banha de porco para não carunchar, ou conservam num recipiente com areia; nota-se que poucos são os agricultores que mantêm tais variedades. Um dos fatores que levam a esta realidade é a facilidade de compra ou doação de sementes comerciais, associada à limitação da mão-de-obra no grupo familiar, dado o pouco interesse das novas gerações nas atividades agrícolas. No entanto, observa-se que mesmo com a adesão das sementes comerciais, nas roças tradicionais não se constatou nenhum tipo de insumo químico. No caso dos entrevistados que têm horta e gado, estes afirmam utilizar o esterco curtido com adubo natural.

De modo geral as áreas onde são estabelecidas as roças são distantes da casa e em área que os animais, como galinhas e gado não têm acesso. Já os cultivos de ciclo mais curto, como as hortaliças, essas são cultivadas em espaços nas proximidades das casas. Quando esse tipo de cultivo é estabelecido distante da casa, passa a ser chamado também de roça. Como pode ser observado na Tabela 1, são listados 25 tipos de frutíferas, sendo 4 variedades diferentes de banana. Há também 37 cultivares, entre verduras e legumes, e 5 tipos de temperos: cebolinha, cheiro verde, pimentão, pimenta e salsa. Tanto as hortas, como os pomares que ocupam porções dos quintais, são também denominados de “terreiros” ou “terrenos de planta”, estão localizados próximos às casas. Ainda na Tabela 1, nota-se os tipos de frutas, verduras e temperos comumente cultivadas, dentre elas: abacate, banana nanica, banana da terra, ameixa amarela, laranja, e nas hortas: alface, couve, beterraba, pepino, chicória, abobrinha, almeirão, agrião, brócolis e variedades de temperos.

Tabela 1 - Tipos de frutas, verduras, legumes e temperos que são cultivados nas comunidades quilombolas da RDS

Frutíferas	Verduras e legumes	Temperos
Abacaxi	Abobrinha	Milho
Abacate	Alface	Quiabo
Banana nanica	Almeirão	Nabo
Banana da terra	Agrião	Maxixe
Banana ouro	Acelga	Pepino
Banana maçã	Brócolis	Tomate
Banana prata	Batata doce	Mandioca
Ameixa amarela	Abóbora	Rabanete
Acerola	Beterraba	Rúcula
Caqui	Berinjela	Mostarda
Carambola	Couve	Vagem
Fruta do conde	Chuchu	Repolho
Figo	Cará	
Jaboticaba	Couve-flor	
Jaca	Chicória	
Laranja	Cenoura	
Goiaba	Espinafre	
Graviola	Escarola	
Maracujá doce	Feijão pardinho	
Maracujá azedo	Jiló	
Limão	Gengibre	
Mamão	Inhame	
Pêssego	Mandioquinha	
Tangerina		
Ponkan		

Fonte: Baseada na listagem da CONAB 2011 referente aos produtos obtidos na RDS
A referida listagem foi obtida junto ao responsável pela gestão do PAA das comunidades

Os sistemas alimentares das comunidades quilombolas do Vale apresentam peculiaridades e são construídos sobre um amplo conhecimento do meio ambiente, do manejo agroflorestal, da conservação de sementes crioulas (como milho, arroz, cará, banana) e da preparação de certos tipos de alimentos, como é o caso do bolo de arroz, do arroz pilado e da banha de porco, os quais não fazem parte da dieta do dia-a-dia, e sim são preparados somente em ocasiões especiais, como quando recebem pessoas de fora da comunidade, ou quando há festas religiosas. Entende-

se que estes alimentos têm maior valor cultural do que propriamente alimentar, fruto da socialização alimentar no âmbito familiar com importante dimensão na incorporação de disposições, crenças e sentimentos nos indivíduos.

A noção de “pertencimento” não deve ser confundida com valores culturais de alguma forma próprios de quem vive nas áreas rurais (KAGEYAMA, 2008).

Os costumes alimentares da infância são revisitados quando o moço ou a moça estabelecem nova família. Aí então há uma fusão de hábitos alimentares, que dependendo da origem de cada indivíduo, em nada se altera, ou se são indivíduos que não pertencem à mesma “etnia” a carga da cultura alimentar que será reproduzida no núcleo familiar será recriada, reproduzida ou mesmo esquecida, há depender da relação emocional e das condições econômicas que os indivíduos viveram antes da união. Um exemplo é o relatado por um entrevistado da RDS:

(...) quando ainda vivia na casa de meus pais, como éramos pobres e em muitos irmãos, nossa mãe sempre fazia para almoço cozido de quirela de milho e feijão. E que hoje, não sinto nenhuma saudade de comer esse tipo alimento. Meu pai plantava roça de milho e feijão, e, vender pros lados de Indaiatuba, um bairro antes de chegar na cidade (Barra do Turvo). Então, até ele voltar, pois levavam dias, nós esperávamos ele trazer o arroz que comprava com o dinheiro da venda do milho e feijão. Por isso, só tínhamos comida à base de milho e feijão. Mas tinha carne de porco, pouco mais tinha também.

6.1.2.1 Dieta alimentar (recordatório 24 horas)

Vários trabalhos têm relatado mudança no sistema alimentar em comunidades culturalmente diferenciadas do modo de vida ocidentalizado, com insuficiência da produção local para autoconsumo, redução de itens cultivados, predominância de produtos adquiridos em supermercados, mesmo para os itens básicos, como arroz e feijão, baixo consumo de frutas e verduras, além do alto consumo de itens processados e açúcares (CGPAN, 2005; CAMBUY, 2006).

A proximidade ou o estreitamento das relações sociais entre as pessoas pode ser expresso por meio dos tipos de alimentos e refeição que fazem juntas, assim como por sua frequência (CONTRERAS; GRACIA, 2011). Portanto, entende-se que a comida constitui um meio universal de expressar sociabilidade e hospitalidade.

Os alimentos são usados simbolicamente para representar certas formas sociais e sentimentos pessoais dentro de uma sociedade (CONTRERAS; GRACIA, 2011). Nesse sentido, verificamos que 8 entrevistados (33%) relataram que

costumam preparar alimentos diferentes somente no final de semana, como por exemplo: carne assada, frango caipira com macarrão, sopa de frango com mandioca, maionese, canja “bem preparada”, torta de frango, bolo, pão caseiro, macarrão com molho de pupunha, frango caipira com polenta. Em contraposição, há 5 entrevistados (21%) que disseram não cozinhar nada diferente da alimentação do dia-a-dia. Já 11 (46%), portanto, quase metade dos entrevistados, afirmaram que às vezes fazem algum prato diferente nos fins de semana.

Na RDS, 21 entrevistados (87%) quando indagados se todos os membros da família realizavam refeições juntos, disseram que todos os membros da família almoçam juntos e somente 4 entrevistados (13%) disseram que não, justificando que os horários de cada um são diferentes. Isso porque alguns saem cedo para a roça e levam comida ou mesmo porque estão trabalhando fora da comunidade. Quanto ao hábito de realizar o jantar entre família 20 dos entrevistados (80%) afirmaram que fazem esta refeição juntos, 4 (20%) disseram não fazê-la diariamente em família.

A alimentação tem três funções, segundo Contreras e Gracia (2011): a função recordatória, pois possibilita que o indivíduo integre-se historicamente ao passado por meio da adoção e manutenção dos hábitos alimentares tradicionais à família, a memória do alimento - o “feito em casa”, “como em casa”, “como a avó fazia” etc; a função biológica, por comportar uma somatória de valores em torno o conceito de “saúde”, e a função psicológica dos alimentos - o prazer da alimentação, a afetividade, o gosto, etc.

Figueiredo et al. (2011) em trabalho sobre alimentação quilombola no Estado do Paraná observaram que os principais alimentos consumidos eram arroz, feijão, carne e massas, com baixo consumo de frutas.

Nota-se que para 16 indivíduos quilombolas (67%) entrevistados o café puro com açúcar é o alimento que compõe a primeira refeição do dia, conforme observa-se no Gráfico 4. Neste ainda, vê-se que o café com leite e açúcar aparece como o segundo alimento mais consumido. Já as fontes de carboidratos industrializados que mais apareceram no café da manhã foram bolachas doces e salgadas. A mandioca cozida, a mandioca e a banana frita compõem a dieta alimentar das famílias quilombolas da RDS. Estes são preparados no momento do consumo e acompanhados em geral com café puro ou com leite.

Ainda observa-se que os alimentos preparados com produtos da produção para autoconsumo como é o caso do virado de banana, entre as famílias

quilombolas da RDS, compõem comumente a alimentação. Pelo depoimento de um quilombola é possível observar os ingredientes utilizados:

“(...) a gente pica a banana nanicão madura, coloca na panela com o açúcar e uma pitada de sal e mexe até amolecer a banana. Não deixa sapecar, põe farinha de milho e deixa ficar no ponto de angu e está pronta”.

Vale destacar que a banana, faz-se presente na dieta, assim como a farinha de milho, como apresentados nos Gráficos 4 e 5.

Observa-se entre as famílias que as principais fontes de proteína animal (Gráficos 5, 7 e 8) são ovos, carne de frango, carne bovina, carne suína e peixe. Com relação à frequência de consumo desses alimentos, nota-se que são três escalas de valor dadas à frequência que são: a) *raro*, quando o consumo é somente uma vez na semana, b) *pouco*, quando o consumo é de até três vezes na semana e c) *frequente*, refere-se ao consumo mais de três vezes na semana. O consumo de ovos é habito da maioria, sendo este consumo de até três vezes na semana, seguido da carne bovina gado, e a de frango. Vale destacar que apenas o alimento ovo foi apontado como consumido por mais de três vezes na semana. Já a carne de frango caipira e de peixe, precedida da carne suína, apareceram como raros alimentos de consumo.

As famílias fazem consumo de frutas, verduras e legumes em geral uma vez na semana, conforme se observa no Gráfico 9. Destaca-se que as verduras e legumes mais consumidas são o tomate, cenoura e repolho, nesta ordem de preferência. No Gráfico 10 nota-se o consumo de grãos em especial o arroz expressivamente na composição da dieta dos entrevistados. O café, seguido do leite (Gráfico 11) aparece como alimento consumido frequentemente. Nota-se que o consumo de óleo, sal e açúcar é presente na dieta dos quilombolas da RDS (Gráfico 12), onde se constata ingestão mais de três vezes na semana, ou seja, freqüente.

Gráfico 4 – Recordatório 24h referente aos itens consumidos no café da manhã do dia anterior a entrevista

Gráfico 5 - Recordatório 24h referente aos itens consumidos no almoço do dia anterior a entrevista

Gráfico 6 - Recordatório 24h referente aos itens consumidos no café da tarde do dia anterior a entrevista

Gráfico 7 - Recordatório 24h referente aos itens consumidos no jantar do dia anterior a entrevista

Gráfico 8 - Frequência de consumo das fontes de proteína de origem animal na alimentação das famílias na RDS

Gráfico 9 - Frequência de consumo de frutas, legumes e verduras na alimentação das famílias na RDS

Gráfico 10 - Frequência de consumo de grãos, amidos e carboidratos na alimentação das famílias na RDS

Gráfico 11 - Frequência de ingestão de bebidas pelas famílias na RDS

Gráfico 12 - Frequência de consumo de alimentos industrializados pelas famílias na RDS

6.1.3 As práticas agroalimentares e o regramento da UC

Os quilombolas selecionam, em suas terras, os ambientes necessários para desenvolver suas atividades produtivas – roça de coivara, agricultura perene, criação de animais, e os espaços para coleta de recursos na mata e também para uso medicinal.

A agricultura praticada por comunidades quilombolas do Vale, no caso específico as inseridas na RDS Quilombos, analisada pelo prisma da função de uma RDS, assume algumas funções específicas: a função ambiental - manutenção da agrobiodiversidade nas terras quilombolas; a função socioeconômica - associada à manutenção dos agricultores quilombolas na atividade agrícola, tanto voltada para venda como também para a produção de autoconsumo; e a função cultural, uma vez que esta permite a manutenção dos hábitos alimentares.

As áreas de interesse para o estabelecimento das roças tradicionais são determinadas pela maturidade da vegetação existente, por influenciar diretamente na fertilidade do solo. Por exemplo, uma área de capoeirão é sempre considerada como excelente para o estabelecimento de uma roça, dado sua fertilidade, já que a mata restabeleceu-se no local por mais de 12 anos. Segundo observamos durante as incursões às áreas de roça, a vegetação florestal classificada pelos agricultores quilombolas como sendo a “de capoeira” (em média com 7 anos sem ter sido local

de uma roça), pode não apresentar as condições ideais para se garantir uma boa produção, mas ainda assim é uma área de interesse para se estabelecer uma nova roça tradicional. Já uma “capoeirinha” é uma área com vegetação em estágio mais recente, com até um ano, e com pouco acúmulo de matéria orgânica sobre o solo, portanto, uma área ruim para o estabelecimento de uma roça tradicional. Normalmente inicia-se o cultivo com o plantio de semente de feijão e de milho, depois na colheita, na mesma área planta-se a mandioca, a batata-doce, a abóbora. Podem nessa mesma área ser plantadas mudas de cana-de-açúcar, mudas de abacaxi e sementes de mamão. Quando é uma roça de arroz, apenas planta a semente do arroz e depois da colheita é que introduz outros cultivos na área, como a mandioca.

Segundo descrito no Plano de Utilização da RDS, os agricultores quilombolas classificam as áreas de plantio em três categorias principais: “roça tradicional” ou roça de coivara, “sistema misto” ou “cultivo convencional” (agrofloresta junto com roça tradicional) e “agrofloresta” (que entendem como sinônimo do modelo de sistema agroflorestal empregado pela Cooperafloresta).

As áreas onde são estabelecidas as roças de coivara, após a colheita dos produtos, são abandonadas. Em seguida, as espécies florestais pioneiras conhecidas, como as de capoeirinha, vão surgindo naturalmente, até que a mata novamente se restabeleça. As que foram utilizadas para roça, antes de serem consideradas como áreas de capoeirinha, são classificadas por alguns agricultores quilombolas como “soca” e, na sequência, “tiguera”. A soca é a fase em que algum produto ainda está sendo colhido na roça e nenhuma outra intervenção é realizada na área. A tiguera é a fase em que a antiga roça já está abandonada por completo. A terra está fraca e vai surgindo uma vegetação de porte baixo, que se tornará uma nova área de capoeira. Em média, depois de aproximadamente cinco anos de *pousio*, a área estará novamente apta para que nela se estabeleça uma nova roça.

A diversidade ambiental presente nas terras quilombolas se dá em função das formas de apropriação dos recursos naturais exercidas por seus integrantes como: os sistemas de manejo da flora e fauna praticados, a conservação das matas ciliares e das nascentes de água, e as práticas agrícolas desenvolvidas.

Os agricultores quilombolas utilizam a técnica da agricultura de *pousio*, que implica na derrubada e queima da mata, cultivo da área por até três anos, seguido pelo abandono da terra por mais ou menos cinco anos.

Conforme levantamento dos pedidos submetidos pelos agricultores quilombolas ao conselho deliberativo da RDS nos três anos consecutivos, 2013, 2012 e 2011, as demandas eram ora para corte de vegetação em áreas na RDS, com a finalidade de estabelecer roça tradicional, limpeza de pasto, e, ora melhorias em acessos na RDS e nas casas dos residentes. Tal procedimento pode ser entendido como um instrumento de gestão compartilhada desta UC, implantado após a recategorização da unidade de conservação. Com isso, a prática agrícola que antes era considerada incompatível com a conservação, sendo uma unidade de conservação de proteção integral, passa a ser reconhecida com uma prática legal, onde o uso da terra e dos recursos naturais é lícito e compatível. Observa-se ainda, que o número de solicitações junto ao Conselho Deliberativo da RDS para realizar o corte de vegetação nativa com o objetivo de estabelecer cultivos foram em médio 19 por ano, sendo em 2013 o total de 15 solicitações, em 2012 o total de 25 e 17 em 2011. Portanto, tal prática é realizada anualmente por um número reduzido de famílias, se comparado ao dado populacional de 136 famílias residentes na RDS. Por outro lado, se considerarmos que esta pesquisa foi realizada com 24 agricultores quilombolas que têm dependência direta da produção agrícola para a manutenção familiar, é seguro afirmar que o uso da terra para fins de produção de alimentos é realizado por quase 80% desses agricultores. Por meio do depoimento abaixo, nota-se o valor do cultivo da terra para o grupo.

“Hoje na era moderna compra-se tudo da venda. A gente está sofrendo trabalhando fora da roça. Eu sonhei com um homem que me falava que eu tinha que trabalhar e plantar, porque eu era agricultor. Eu deixei de trabalhar na roça, mas depois desse sonho eu entendi que foi um sinal para eu voltar a trabalhar.” (Depoimento de um entrevistado no ano de 2010)

Em análise concomitante dos Gráficos 13, 14 e 15, observa-se que o período de maior incidência das solicitações de autorização para corte da vegetação nativa se deu nos meses de maio a setembro, com ápice no mês de julho, período de realização das primeiras etapas de limpeza das áreas para posterior plantio de cultivos agrícolas. Já nos anos de 2013 e 2011 as solicitações para realização de construções de casas e intervenções para melhorias em acessos, não tiveram um período de maior concentração, e sim, foram demandadas praticamente mensalmente. Em contraposição somente nos anos de 2013 e 2011 foram

apresentadas solicitações para realização de limpeza de pasto. Tal resultado se dá pelo fato de não ser uma prática constante, e sim somente quando algum agricultor planeja aumentar seu rebanho, ou mesmo para melhorar a oferta de alimentação aos animais.

Gráfico 13 - Solicitações de autorização para corte de vegetação nativa no ano de 2013 na RDS com a finalidade de estabelecer a roça tradicional

Gráfico 14 - Solicitações de autorização para corte de vegetação nativa no ano de 2012 na RDS com a finalidade de estabelecer a roça tradicional

Gráfico 15 - Solicitações de autorização para corte de vegetação nativa no ano de 2011 na RDS com a finalidade de estabelecer a roça tradicional

O conhecimento sobre os recursos da flora e fauna, de suas terras, e a forma de manejá-los, é que tem contribuído com a manutenção da biodiversidade local. Prova disso, é que até os dias atuais, na maioria das terras quilombolas do Vale do Ribeira observa-se mais de 80% de cobertura florestal conservada, ou seja, a terra é utilizada racionalmente (SANTOS; TATTO, 2008). Vale referenciar que a própria geografia das terras quilombolas do Vale do Ribeira é um determinante para a não adesão dos mesmos às práticas agrícolas que envolvem o uso de grandes áreas e cultivos das monoculturas de interesse do agronegócio brasileiro, como a soja, a cana de açúcar e a silvicultura. O relevo montanhoso é um dos principais fatores que inibe tais práticas agrícolas, se comparado às áreas de planície do Estado de São Paulo. Há também, a considerar que o “modo de vida” dessas comunidades ainda se baseia no compartilhamento da terra (espaço físico) de forma comunal, mesmo havendo áreas de uso particular de cada família como o espaço da casa, do quintal, da roça onde a família desenvolve suas atividades agrícolas e suas práticas cotidianas.

Entretanto, o modelo de gestão ainda legitimado pelo Estado, é aquele em que as populações, via de regra, devem se adequar aos parâmetros técnico-científicos de conservação ambiental *stricto sensu*.

As relações sociais de produção exercidas entre os grupos quilombolas, como no caso das roças, ainda podem ser consideradas menos impactantes ambientalmente se comparadas com as essencialmente capitalistas, as áreas de monocultura. Ainda hoje observa-se que a atividade da roça está baseada num conjunto de saberes, práticas e relações sociais, e, profundo conhecimento sobre os recursos naturais locais, seus limites e potencialidades.

Vale ressaltar a importância da promoção de estratégias para valorizar a produção agrícola de autoconsumo, desenvolvidas em unidades familiares pequenas e médias.

Os hábitos alimentares se constituem em uma instituição cultural dos grupos humanos, uma vez que inscrevem um conjunto de normas, hábitos, ritos e comportamentos individuais e coletivos, conforme demonstrado por Lopes (2006). Não é possível, portanto, garantir a reprodução alimentar dos grupos, desconsiderando a determinante função que exerce a cultura nos hábitos alimentares.

No Gráfico 16, observa-se que 42% da mão de obra utilizada na produção agroalimentar é exercida pelo casal na unidade doméstica, seguida da mão de obra do casal com ajuda dos filhos e/ou netos (17%). E concomitante está a mão de obra da mulher (17%), que se apresenta mais expressiva se comparado à do sexo masculino (8%). No entanto, se acrescemos esta à mão de obra associado ao(s) filhos (12%), constata-se que a mão de obra masculina no trabalho agrícola gira em torno de 20%, portanto, é a mais expressiva. Somente 4% disseram que esporadicamente há uma mão-de-obra de fora do núcleo doméstico, ou seja, um contratado para ajudar o casal a realizar as atividades agrícolas.

Gráfico 16 - Mão de obra para a produção agroalimentar entre as famílias na RDS

Diante desses dados fica evidente que a mão de obra envolvida na agricultura está assentada em mais de 80% do trabalho familiar. Nota-se que as roças ocupam pequenas porções de terra, assim a mão de obra apresenta-se suficiente. No entanto, se fosse para cultivar uma área grande, segundo depoimentos, a mão de obra disponível nas famílias seria insuficiente, conforme o relato de um agricultor quilombola: “se fosse para fazer uma lavoura grande, como era antigamente na minha família, a mão de obra não é suficiente. e no meu caso eu tenho também bananal e estou ligado à Cooperafloresta”.

As relações de parentesco no caso das famílias quilombolas da RDS, assim como em outras partes do Brasil, é um instrumento de ajuda mútua nas etapas mais "pesadas" do processo produtivo, os chamados mutirões ou puxirões, e também a troca de dia, onde um vai trabalhar na roça na área do outro. Uma família ou indivíduo recebe a ajuda num momento e, presta ajuda em outro momento, seguindo um padrão de reciprocidade. Portanto, a área cultivada por cada grupo doméstico pode ser menor quando conta apenas com sua própria mão de obra. Já os alimentos que não são produzidos, segundo os entrevistados, são adquiridos pela maioria das famílias através de compra que é realizada num supermercado na cidade da Barra do Turvo.

Observa-se no Gráfico 17 que mais da metade dos entrevistados, ou seja, 58% adquirem seus alimentos por meio da compra. Estes relataram que na ocasião da compra, o indivíduo paga a dívida da compra do mês anterior, e, uma nova é gerada. Dessa forma, o aposentado ou trabalhador assalariado sem mantém fiel ao comerciante, pois todo mês na ocasião do pagamento é também o dia de fazer a compra do mês. Somente 1% dos entrevistados disse comprar ou ganhar dos vizinhos alguns alimentos que compõem sua dieta. Constatou-se que alguns entrevistados fazem compra de alimentos mais de uma vez no mês. Nota-se que somente 39% dos entrevistados afirmaram produzir parte dos seus alimentos básicos, apenas 1% relatou que alguns alimentos advêm de cesta básica. E que somente 39% dos entrevistados afirmaram produzir alguns dos alimentos básicos, e também 1% afirmou que a origem dos alimentos advêm de cesta básica.

Gráfico 17 - Origem dos alimentos consumidos pelas famílias na RDS

Outro meio de obter um ou outro tipo de alimento, em geral as chamadas misturas (as fonte de proteína animal) e verduras quando estas não acabam antes da próxima compra mensal, é a estratégia da denominada compra picada. Esse tipo de compra em geral realizada no comércio local. Somente na comunidade quilombola denominada Cedro é que não há nenhum mercadinho local, mas nas outras três que compõem a RDS Quilombos, na beira da estrada principal (SP-552)

que corta dos núcleos populacionais, há pelo menos três pontos de venda de alimentos e outros itens, os chamados mercadinhos de bairro.

Como indicado na Tabela 2, quase 100% dos entrevistados afirmaram comprar o arroz no mercado. Já o feijão somente 14 entrevistados (58%) compram, e 10 (42%) produzem. Observa-se que as fontes de proteína animal elencadas nas entrevistas – carnes de boi, frango e ovos foram respectivamente apontadas 24%, 22% e 87% como as principais. Vale ressaltar que o feijão é o alimento mais produzido se comparados os demais itens não processados. Nesta tabela ainda observamos que para a maioria das famílias os tipos de alimentos mais consumidos nas principais refeições do dia são: o arroz, o feijão e a mistura (carnes e ovos).

Tabela 2 - Origem dos alimentos não processados consumidos na RDS

Tipos de alimentos	n° de entrevistados que indicaram comprar	n° de entrevistados que indicaram produzir
abóbora	-	1
açúcar de rapadura	-	1
alface	-	4
ameixa	-	1
arroz	23	1
banana	-	8
beterraba	-	1
café	22	2
carne de boi	24	-
carne de frango	22	2
carne de porco	1	1
chuchu	-	1
couve	-	6
farinha de milho	10	-
feijão	14	10
leite	21	3
limão	-	5
mandioca	-	3
melado de cana	-	1
ovos	21	3
pepino	-	1
repolho	1	-

Na sistematização dos dados no Gráfico 18 permite verificar os valores empenhados mensalmente com alimentação da família. Sendo que 9 (37,5%) dos entrevistados, o custo mensal com compra de alimentos no mercado é até R\$ 350,00; 4 (16,6%) dos entrevistados afirmaram gastar de R\$ 500-600 reais; 4 dos entrevistados não informaram o valor mensal da despesa com alimentação. Já 3 (12,5%) entrevistados declararam que a despesa com alimentação é de até R\$ 450,00. Também somente 3 entrevistados afirmaram gastar R\$300,00; 2 (8,4%) entrevistados ter gastos até R\$250,00 e somente 1 (4,2%) entrevistado afirmou ter gasto de até R\$150,00.

Gráfico 18 - Valores em R\$ gastos pelos agricultores quilombolas com a compra de alimentos

A agricultura praticada por comunidades quilombolas, segundo estudo de Souza e Soares (2011) era um dos meios mais importantes para prover a subsistência familiar, porém este meio já se apresentava com certo esgotamento, refletindo na menor oferta de alimentos e na dependência da compra de produtos básicos como arroz e feijão, o que no passado era obtido através das produções das roças e também observaram baixo consumo de frutos e verduras. Já Cambuy (2006) verificou junto à comunidade quilombola João Surá redução na diversidade de produtos cultivados e na insuficiência da produção para autoconsumo, principalmente pela falta de acesso a terra e sementes e os principais produtos consumidos eram adquiridos em mercados, seja pela facilidade para comprar, quanto pela influência dos meios de comunicação que, acabaram por introduzir no dia-a-dia um grande número de produtos industrializados.

Somente 8 (33%) dos 24 entrevistados afirmaram ter criação de gado, e 16 entrevistados (67%) criam galinha para obtenção de ovos e carne, e somente 3 agricultores (12%) disseram criar porcos para consumo da carne (Gráfico 19). Trata-se de uma produção para autoconsumo a criação de galinhas e suínos.

Gráfico 19 - Agricultores da RDS que criam animais para consumo

6.2 Os agricultores da APA Planalto do Turvo

6.2.1 Caracterização socioeconômica

No país, entre o final do século XIX até meados do século XX, houve um grande avanço industrial, particularmente no estado do Paraná, resultando na “completa ocupação” de suas fronteiras (BRANDENBURG, 1991). A colonização e a ocupação do estado do Paraná se deu a partir de diferentes movimentos migratórios, constituídos por agricultores de procedência e motivos diferentes. Segundo Westphalen (1968) esta “completa ocupação” pode ser originária de três correntes migratórias principais: uma formada por imigrantes estrangeiros, a segunda a partir de migrantes oriundos do sul do Brasil, e a última formada por paulistas, mineiros e nordestinos, que ingressaram no norte do Paraná em direção ao centro.

Vale destacar que tal ocupação se realizou através de “concessões” de terras a empresas colonizadoras, muitas delas estrangeiras, que operavam com negociatas de terras e colonização, e também se deu de forma espontânea e direta por colonos que se estabeleceram em terras devolutas (WESTPHALEN, 1968).

No estado de São Paulo, no início da década de 1970, após a construção da rodovia Regis Bittencourt (BR-116), houve um maior crescimento econômico no Vale do Ribeira, estimulando a ocupação das áreas por migrantes do Paraná e de outros estados, mesmo estas sendo terras devolutas. Este foi o caso de áreas no antigo Parque do Jacupiranga às margens da rodovia. No início dos anos de 1980 muitas

famílias de migrantes originárias do norte do Paraná, e, também na região norte do país, sul e centro-oeste, migraram para regiões do sul de São Paulo (WESTPHALEN, 1968), como os migrantes que se estabeleceram em terras às margens da BR 116, constituindo o núcleo populacional, conhecido por bairro Bela Vista. Esta localidade, mesmo sendo uma Unidade de Conservação de Proteção Integral desde 1968, passou a ser a uma UC de Uso Sustentável em 2008, denominada Área de Proteção Ambiental Planalto do Turvo.

As atividades de grande parte desses migrantes, eram de caráter exploratório, com substituição das matas por pastagens, exploração ilegal de madeira, e também compra e venda de terra ilegalmente.

Como pode ser verificado no Gráfico 20, 11 (46%) dos 24 entrevistados afirmaram serem migrantes do estado do Paraná. Segundo informações dos mesmos, quando ali chegaram havia pessoas que comercializavam áreas de terras, pois se declaravam “donas” delas, mesmo sendo área declarada Parque pelo poder público. Os entrevistados mais antigos no bairro relataram que ficaram acampados sob lona até derrubar madeiras para construção de suas moradias.

Por meio da atividade ilegal de compra e venda de terras públicas foi estabelecido o bairro denominado Pneu, que mais tarde passou a ser conhecido como Bela Vista. A origem do nome deste bairro se associa à existência de uma borracharia na beira da rodovia BR 116, no ponto de acesso para o bairro, e ser este a referência para a localidade.

A migração foi uma estratégia para enfrentar o processo de expropriação dessas famílias, de forma a buscar a garantia de reprodução social tanto em relações de trabalho assentadas no acesso aos meios de produção como em relações de trabalho assalariadas. Para Woortmann (1990, p.35) “a migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa”.

Gráfico 20 – Origem dos agricultores da APA Planalto do Turvo

Na pesquisa de campo, foi possível verificar que o bairro Bela Vista é o maior em população na APA Planalto do Turvo, e uma pequena parcela das famílias tem tradição agrícola. Diante desta observação, a visão da migração rural de Shanin in Menezes (2009 p.269-vem reforçar a constatado

A migração é ao mesmo tempo uma forma de desintegração e de reprodução social dos camponeses, na medida em que os que migram mantêm tanto as famílias que ficam nas suas localidades quanto fazem investimentos em animais e compra de terra. No entanto, classifica-os como “um grupo analiticamente marginal do campesinato” (SHANIN, 1985,p.152)

Ainda o autor afirma que

“tais grupos compartilham algumas, mas não todas, características dos camponeses; em geral, tais diferenças podem ser apresentadas numa escala de mais ou menos” (SHANIN, 1970, p.44)

Observa-se nesta localidade que a maioria das casas está ao longo da estrada que dá acesso à BR 116, onde alguns moradores estabeleceram pequenos comércios (mercadinhos e bares). Há também igrejas, católica e evangélica. Não há qualquer sistema de saneamento e o fornecimento de energia apenas contempla as

moradias próximas ao núcleo do bairro, pois a rede elétrica só foi instalada em parte do bairro, somente após a recategorização desta área do Parque Estadual de Jacupiranga em 2008, passando a constituir a então APA Planalto do Turvo.

Nota-se que a rede de “parcerias” desta comunidade limita-se à relação com a prefeitura de Barra do Turvo e a Fundação Florestal a partir da formação do conselho consultivo desta unidade conservação.

No bairro a maioria das famílias faz suas compras de alguns itens da alimentação e outros gêneros necessários nos mercadinhos locais. Mas geralmente a compra “grossa” ou a compra do mês ocorre na cidade de Cajati, por ser esta a cidade mais próxima se comparado ao centro da cidade do município da Barra do Turvo, onde está o bairro Bela Vista.

Com relação a fontes de renda observa-se no Gráfico 21 que a mais significativa é originária de aposentadoria, segundo declarado por 16 entrevistados (67%). Como segunda fonte de renda está relacionada à atividade agropecuária 6 (25%) dos entrevistados, assim declararam. As rendas oriundas de atividades ligadas ao comércio local e salário aparecem empatadas como terceira fonte de renda. Vale destacar que somente um entrevistado declarou comercializar via o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). As demais fontes de renda são serviços de frete, comércio, diarista, pedreiro, aluguel de casas aparecem em porcentagem menos expressiva.

Quanto à renda declarada pelos agricultores em salário mínimo, observa-se que 12 (50%) dos entrevistados disseram receber entre 1 e 2 salários mínimos, 5 (21%) acima de 2 salários, 3 (13%) declararam receber de 2 a 3 salários, e esta mesma porcentagem também recebe até 1 salário.

As principais atividades praticadas pelos agricultores deste bairro é a pecuária de corte. Segundo declarado nas entrevistas, em média, cada sítio tem 15 alqueires paulistas¹¹, sendo que alguns afirmaram ter na APA 50 alqueires e a menor porção de terra 5 alqueires.

A renda não agrícola (Gráfico 22) é obtida de diferentes fontes, sendo a mais expressiva a aposentadoria.

¹¹ Um alqueire paulista é igual 2,42 hectares.

Gráfico 21 - Fontes de renda dos entrevistados na APA

Gráfico 22 - Renda média das famílias da APA com base no salário mínimo de 2011

No bairro não há escola, em rede de telefonia. Há um local adaptado para atendimento à saúde realizado pelo Programa de Saúde da Família, que faz o atendimento cuja periodicidade é incerta. Há pelo menos 5 bares na vila, e as igrejas evangélicas predominam no bairro.

6.2.2 Produção, origem e consumo de alimentos

A origem dos alimentos produzidos apareceu como superior às duas outras formas. Já no caso dos agricultores da APA objeto do presente estudo, nota-se que 50 % dos alimentos consumidos são produzidos, e, 42 % são adquiridos através da compra conforme indicado no Gráfico 23, abaixo.

Francisco (2006) verificou na Área Proteção Ambiental Guaraqueçaba a existência de três formas de acesso à alimentação: uma por meio da produção para a subsistência, outra por meio da compra de alimentos e a terceira por doação e partilha.

Gráfico 23 - Origem dos alimentos consumidos pelos agricultores na APA

Diante do Gráfico 24 verifica-se os valores monetários empenhados mensalmente com alimentação da família, sendo que 9 (37,5%) dos entrevistados afirmaram que o custo mensal com compra de alimentos no mercado é de até R\$ 350,00. Já 4 (16,6%) dos entrevistados afirmaram gastar de R\$ 500-600 reais; e também esse mesmo percentual de entrevistados não quiseram informar quanto é o gasto empreendido na despesa mensal com alimentação. Ainda nota-se que 3 (12,5%) entrevistados declararam que a despesa com alimentação é de até R\$450,00. Também somente 3 entrevistados afirmaram gastar R\$300,00; 2 (8,4%) entrevistados ter gastos até R\$250,00 e somente 1 (4,2%) entrevistado afirmou ter gasto de até R\$150,00.

De acordo com os dados obtidos e apresentados no Gráfico 25, metade dos entrevistados (12 indivíduos) afirmaram produzir alimentos para consumo em áreas de roça e 49% afirmaram ter cultivos nos quintais das casas.

Gráfico 24 - Valores em R\$ empenhados pelos agricultores do bairro Bela Vista na APA quando na compra de alimentos

Gráfico 25 - Cultivos agrícolas em área de roça e quintais do bairro Bela Vista na APA

A criação de animais na APA destinado para consumo de carne, ovos e leite são as três categorias de criação elencadas por mais da metade dos agricultores. Sendo o gado bovino a criação mais expressiva, como observado no Gráfico 26.

Gráfico 26 – Animais criados por agricultores do bairro Bela Vista na APA para fins alimentares

Na Tabela 3 nota-se que uma lista de 15 itens alimentares que compõem a dieta dos agricultores da APA são adquiridos através de compras, e, 18 itens apontados como consumidos são oriundos do cultivo. Vale pontuar, que a maioria são verduras. Somente três itens são indicados como oriundos da doação via Programa de Aquisição Alimentos, que é distribuído semanalmente pela prefeitura da Barra do Turvo às famílias categorizadas como carentes neste município.

Com relação ao uso da terra para produção voltada ao autoconsumo observa-se que metade dos entrevistados, portanto, 12 indivíduos indicaram cultivar em local denominado roça e no quintal. Os itens mais expressivos produzidos são verduras (Tabela 3), ou seja, produtos que comumente são cultivados em pequenas porções de terra nas proximidades das casas.

Os entrevistados na APA Planalto do Turvo, quando arguídos sobre o convívio familiar durante o almoço, 19 entrevistados (79%) afirmaram que almoçam juntos. Já 5 entrevistados (21%) disseram que não, e justificavam que cada um tinha horário diferente, ou porque trabalha fora da comunidade, ou porque estuda. As respostas com relação ao convívio no jantar apontaram que 20 dos entrevistados

(80%) afirmaram que fazem esta refeição juntos, e somente 4 (20%) disseram não fazer, em função dos horários de trabalho, ou mesmo porque não têm costume de jantar. Mintz (2001) afirma que existe uma forte relação entre a forma de se comer, o que comer, com que frequência e onde se come com as questões de ordem comportamental e de identidade social dos indivíduos.

Também foi investigado se as famílias têm hábito de preparar alimentos diferentes dos que são preparados para as refeições em dias de semana. Foi possível constatar que 13 entrevistados confirmaram que preparam certos tipos de alimentos diferenciados daqueles preparados no dia a dia, como por exemplo, macarronada no domingo, carne de gado assada, frango assado, maionese, mocotó, bolo confeitado, pão caseiro e torta salgada. Já 7 entrevistados disseram não cozinhar nada diferente da alimentação da semana. E somente 4 afirmaram que quando recebem alguma visita, sim fazem algo diferente no fim de semana ou quando a família se reúne, ou mesmo somente quando dá vontade de comer algo diferente.

Comer é uma atividade social, para além de uma necessidade fisiológica (ISHIGE, 1987; DAMATTA, 1987).

Ao tratarmos sobre as preferências alimentares é importante discorrer a respeito das memórias alimentares do grupo. Assim, como já referenciado nas RDS, também para os agricultores da APA ficou nítido que a elaboração de alimentos para consumo no fim de semana tem uma carga de cuidado especial, como fica evidente ao ler os relatos abaixo

Quando tem visita faz algo diferente. Macarronada, canja caipira, vinagrete (entrevistado 1).

Biscoito de polvilho frito, aprendi com minha mãe, ainda quando morávamos em Presidente Prudente (entrevistado 2).

O pudim de pão doce aprendi a fazer quando morava no Paraná e a polenta com frango observando quem fazia (entrevistado 3).

Frango com polenta e quiabo, típica comida mineira, aprendi com minha mãe (entrevistado 4).

Aprendi com minha mãe fazer pamonha, bolo de milho e, cuscuz de milho (entrevistado 5).

Tabela 3 - Origem dos alimentos não processados consumidos pelos entrevistados na APA

Tipos de alimentos	n° de entrevistados que indicaram comprar	n° de entrevistado que indicaram produzir	Aquisição por meio do PAA
abobrinha	-	2	-
acelga	1	-	-
alface	2	4	-
arroz	24	-	-
banana	-	2	1
batata doce	-	1	-
brócolis	-	1	-
café	24	-	-
carne bovina	18	-	-
carne de frango	2	3	-
carne de porco	2	3	-
couve	-	1	-
farinha de mandioca	1	-	-
farinha de milho	6	-	-
feijão	23	1	-
frutas	3	2	-
leite	8	-	-
mandioca	-	4	-
ovo	3	5	-
peixe	1	1*	-
pepino	-	1	1
pimentão	-	1	-
repolho	-	1	-
tomate	1	1	1

Pescado (*)

6.2.2.1 A Dieta dos agricultores (recordatório 24 horas)

Observa-se, entre os entrevistados que as principais fontes de proteína são constituídas por: carne bovina 18 entrevistados, 5 declararam consumo de carne frango e 5 afirmam ser carne de porco. Entre os alimentos embutidos e

industrializados nota-se alto consumo de margarina e açúcares, esses presentes principalmente na forma de sucos artificiais em pó e bolachas doces (Gráfico 27).

Nota-se que a base alimentar dos agricultores se constitui no arroz, feijão e farinha de mandioca (Gráfico 29), frequente em quase todas as famílias. Porém, na maioria das vezes esses produtos são adquiridos em supermercados. Figueiredo et al. (2011) em trabalho sobre alimentação quilombola observaram que os principais alimentos consumidos eram arroz, feijão, carne e massas, com baixo consumo de frutas. Além disso, os alimentos mais consumidos entre refeições eram as bolachas e café com açúcar. Observa-se que assim como a RDS Quilombos na APA os agricultores têm o hábito de consumo freqüente de café e leite na primeira alimentação do dia (Gráficos 4 e 27).

Gráfico 27 – Recordatório 24h referente aos itens consumidos no café da manhã na APA no dia anterior a entrevista

Gráfico 28 - Recordatório 24h referente aos itens consumidos no café da tarde na APA no dia anterior a entrevista

Gráfico 29 - Recordatório 24h referente aos itens consumidos no almoço na APA do dia anterior a entrevista

Gráfico 30 – Recordatório 24 horas: Lanche da tarde na APA

Gráfico 31 – Recordatório 24 horas: Jantar na APA

Gráfico 32 - Frequência de consumo das fontes de proteína de origem animal na alimentação das famílias

Gráfico 33 - Frequência de consumo de frutas e verduras

Gráfico 34 - Frequência de consumo de carboidratos, amidos e grãos

Gráfico 35 - Frequência de ingestão de bebidas

Gráfico 36 - Frequência de consumo alimentos industrializados

6.2.3 As práticas agroalimentares e o regramento da UC

As invasões na localidade denominada bairro Bela Vista, segundo relatos dos entrevistados, eram motivadas para obter uma porção de terra. Como o preço da terra do Vale do Ribeira, em geral era e continua sendo menor, ainda mais por se tratar de uma prática ilegal, uma vez as terras públicas do antigo Parque de Jacupiranga, a compra e venda de áreas era na percepção dos migrantes desenhados um “excelente” negócio. Tal realidade foi um fator motivador para a aquisição de terras pelos migrantes, que majoritariamente tinham baixo poder de compra. Muitos venderam sua terra, casa e animais da localidade de origem, para comprar de grileiros uma terra nessa localidade. Segundo os entrevistados a venda de terras era comercializada via propaganda boca a boca. Relataram que o grileiro dizia que era um local de terra barata, que tinha uma rodovia federal a BR165 próxima, água em abundância e melhor estava entre duas importantes cidades, Curitiba e São Paulo. Afirmam que a localidade iria se desenvolver muito, onde a agricultura iria dar dinheiro, para isso só era preciso derrubar a mata para formar suas pastagens e suas lavouras.

Como já relatado na descrição da população, na APA Planalto do Turvo a grande maioria dos agricultores eram migrantes do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Minas Gerais, e alguns da região norte do País. Há de se considerar que a

forma como tiveram conhecimento das terras nesta localidade se deu da mesma maneira para todos. Ficavam sabendo da região através de conhecidos que tinham ouvido falar que as terras eram baratas e que a localização era boa, já que estava próxima a uma rodovia federal e entre o eixo das cidades Curitiba e São Paulo, o desejado objeto - ter estrada na porta para escoar a produção. Nas terras apossadas, os grupos se estabeleceram iniciando pelo corte da mata, abertura de áreas para plantio, e formando pastagem. Alguns posseiros que já possuíam identidade agrícola mantiveram-se na localidade, como foi o caso do grupo selecionado nesta pesquisa. A maioria exercia atividade de invasão e venda de terras, e não criavam vínculo com a localidade. É preciso observar que no caso dos posseiros agricultores, que já trabalham com lavoura e pecuária, alguns exercendo essas atividades em terra próprias antes de migrarem, para se estabelecerem na localidade até os dias de hoje, viram-se obrigados a realizar na clandestinidade as atividades, pois era área onde foi criada uma unidade de conservação de proteção integral. Portanto, nessa área o uso direto dos recursos naturais era ilegal.

O imaginário de ter uma terra, objetivo de muitos dos posseiros que traziam a identidade com as atividades agrícolas, desde o tempo de infância motivou-os a vivenciarem esta realidade. Já outros, na fase adulta da vida trabalhavam na condição de empregado em fazendas na região do norte do Paraná, em lavouras de café, pecuária e outras atividades no meio rural.

Os entrevistados da APA relataram que no período que ingressaram na localidade que habitam, abriram boas áreas de mata para estabelecer o plantio de lavoura de feijão, milho, arroz chegando a colher sacas e sacas, que foram suficientes para alimentar a família e ainda comercializar. No entanto, devido à ausência de estradas em condição de passagem para o transporte da produção, muitos agricultores camponeses acabaram vendendo seus produtos a valor muito baixo. Fatos como esse ainda são uma realidade na localidade, mesmo depois da recategorização do Parque Jacupiranga. E com isso muitos membros das famílias migrantes aderiram a atividades ilegais como a extração de palmito. Mesmo sendo um produto ilegal, a venda era certa. Como ainda hoje o é. Há alguns camponeses voltados à criação de gado. E estes ainda diante das mesmas limitações que os camponeses lavradores, encontramos alguns que desenvolvem essa atividade como fins comerciais.

Conforme relatado pelo gestor desta unidade de conservação o procedimento administrativo para acesso a madeira de árvores já caídas, que apresenta características de interesse e utilidade para o morador da APA, assim como ações de melhorias e construções, são objetos de interesse para obter junto órgão gestor da UC a autorização de uso ou atividade. Este procedimento foi implantado na APA a partir do ano de 2010, dois anos após a criação do Mosaico de UC do Jacupiranga.

Nos Gráficos 37, 38 e 39 nota-se que a grande maioria das submissões de solicitação para intervenção no ambiente, diz respeito a construções de casas e melhorias dos acessos. Vale pontuar que desse levantamento de ocupantes realizados no ano de 2009 pelo ITESP, somente as famílias cadastradas têm direito de permanência e benefícios desta unidade de conservação. Isso porque os ocupantes que já residiam nesta localidade anteriormente a criação do Mosaico, pela luz da lei que o instituiu, os mesmos são legítimos nessa área. Portanto, são passíveis de autorização para uso direto de certos recursos naturais presentes na localidade.

Nota-se (Gráficos 37, 38 e 39) que ao longo dos três anos a solicitação de autorização para corte de vegetação para o estabelecimento de plantios agroalimentares foi quase que insignificante. Entretanto, estes registros não refletem a realidade do uso da terra na APA para esta finalidade, quando comparamos com os dados do Gráfico 25, que indica número de agricultores que fazem este tipo uso. Tal constatação nos permite afirmar que este mecanismo de controle e monitoramento estabelecido pela unidade de conservação, quando se refere ao corte de mata para estabelecer o plantio de alimentos não é considerado pelos agricultores como ato obrigatório. Em outras palavras, os agricultores não se prendem a este regramento da unidade de conservação para realizar as etapas que antecedem ao plantio agroalimentares. Outro aspecto indispensável que se observe refere-se ao uso do fogo com técnica agrícola. Esta prática não é admitida pela legislação ambiental. Por isso, talvez os agricultores da APA não se submetam as regras estabelecidas pelo órgão gestor, uma vez que o emprego desta técnica para limpeza da área e “despertar da fertilidade” do solo, somente é considerada legal para agricultores quilombolas em suas terras, por ser uma pratica cultural.

Gráfico 37 - Solicitações no ano de 2013 na APA

Gráfico 38 - Solicitações no ano de 2012 na APA

Gráfico 39 - Solicitações no ano de 2011 na APA

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste estudo reforçam a tese de que as práticas de produção agroalimentar na RDS e na APA não contradizem a premissa dessas unidades de conservação e contribuem para a manutenção da segurança e a soberania alimentar. Esse equilíbrio, porém, é frágil podendo se desestabilizar devido a fatores como diminuição da mão de obra e baixa produtividade. Essas práticas vão ao encontro das três categorias descritas neste trabalho como premissas da Segurança Alimentar:

- Disponibilidade de alimentos = oferta em quantidade e qualidade obtida via produção para autoconsumo ou compra;
- Acesso = obtenção de alimentos quando esses não são produzidos - poder de compra, e,
- Estabilidade de produção = mão de obra e áreas disponíveis para cultivo; possibilita suprir parte da demanda de alimentos do núcleo doméstico, e desonera parte do orçamento para a compra de outros bens, que não os alimentares.

Alguns agricultores demonstraram atender a um conjunto maior dessas características representativas no âmbito da segurança alimentar.

Constatou-se que a produção agroalimentar pode não ser significativa quanto à sua escala. No entanto, contribui para a manutenção de uma dieta alimentar diversificada, resultando na manutenção da segurança alimentar das unidades familiares.

Considerando o sistema agroalimentar proveniente das práticas de uso da terra, a análise pelo prisma da segurança alimentar, bem como o manejo dos recursos ambientais disponíveis e representações sociais dos agricultores foi possível verificar diferenças e similaridades entre os agricultores quilombolas e não quilombolas das duas unidades de conservação de uso sustentável do MOJAC estudadas.

Observou-se que, a interação ambiente e sociedade (natureza e cultura) não é igual entre os grupos, mesmo estando em unidades de conservação de uso sustentável. Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável e na Área de Proteção Ambiental, foi identificado que os grupos trazem como pressuposto básico a proteção aos recursos naturais necessários à manutenção da vida dos seus habitantes. Nesta perspectiva, aplicam-se a elas forma de gestão dos recursos

naturais, que são importantes regramentos ambientais, mas identifica-se que não há compreensão da relação homem-natureza estabelecida em sua cultura quando se refere ao uso de recursos naturais nas práticas agrícolas.

O uso da terra para produção de alimentos de acordo com o apontado neste estudo faz-se presente na RDS Quilombos da Barra do Turvo e na APA Planalto do Turvo. Em ambas as unidades de conservação, nota-se que a produção agrícola é majoritariamente destinada à alimentação da família. Além da produção, os alimentos são comprados com a renda advinda dos benefícios do governo e empregos não agrícolas.

A venda de produtos agrícolas por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) também tem proporcionado ingresso de renda para os agricultores quilombolas, o que tem estimulado outros agricultores da RDS Quilombos ao cultivo para venda, que não é exclusivo, uma vez que os produtos do cultivo também são consumidos na unidade familiar produtora.

A manutenção das práticas agroalimentares é um importante aspecto das relações sociais, tanto entre os parentes mais próximos, como entre os não-parentes, sendo a cooperação um elemento em destaque no caso da RDS quilombos. A integração das famílias (parentes) agricultores quilombolas em torno dessa atividade foi observada e apresenta-se como um marcador cultural.

As comunidades quilombolas estudadas apresentam fortes laços de solidariedade, de pertencimento à terra, e estratégias de aproveitamento máximo do potencial das áreas selecionadas para a implantação de cultivos agrícolas, além do fato de que mantêm certos hábitos alimentares perpetuados entre gerações.

O envolvimento dos mais jovens com a manutenção das práticas de produção agroalimentares pouco foi observado tanto na RDS como na APA. Particularmente na RDS ficou evidenciado que a limitação mais expressiva que influencia a produção agrícola nas comunidades é o desinteresse dos jovens por essa atividade, acarretando na indisponibilidade de mão de obra familiar.

É importante considerar que o aprendizado por meio da prática, a transmissão dos conhecimentos necessários a esse tipo de atividade parece estar em colapso, uma vez que, foi constatado que aqueles que têm envolvimento direto com a agricultura são os adultos acima de 40 anos.

Observa-se que a mudança da categoria de unidade de conservação permitiu aos agricultores quilombolas e não quilombolas passar a fazer uso da terra não mais

na condição de clandestinidade e, ao mesmo tempo, possibilitou a manutenção de seus saberes agroambientais na produção de alimentos para autoconsumo, e, em certa medida, para venda, como referido anteriormente, no caso de agricultores da RDS que fornecem alimentos para o PAA.

É necessário pontuar que a lei da Mata Atlântica teve papel fundamental para consolidar os direitos dos agricultores, classificados como pequenos produtores e os tradicionais, no que se refere ao uso de certos recursos naturais, diretamente associados à segurança alimentar. Constitui-se no principal instrumento de efetivação das estratégias agroalimentares dos povos que habitam as unidades de conservação, assim como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Os dados conduziram a considerar que a produção de autoconsumo engloba a qualidade da alimentação podendo ser gestada e gerenciada dentro da unidade familiar de produção, em contraposição à subordinação imposta pela alimentação de supermercado.

Nota-se que os agricultores apresentam preocupação quanto à qualidade dos alimentos que consomem, mesmo não sendo a porção mais expressiva entre os grupos investigados. Observa-se ainda, que a exploração da capacidade de regeneração dos recursos naturais influencia na decisão dos agricultores quando da seleção das áreas para o estabelecimento dos cultivos. Isso ficou mais evidente no grupo de agricultores quilombolas.

Com relação à hipótese do presente trabalho, de que a prática de produção agroalimentar na RDS e na APA não contradiz a premissa dessas unidades de conservação e contribui para a manutenção da segurança e a soberania alimentar, embora esse equilíbrio seja frágil podendo se desestabilizar devido a fatores como diminuição da mão de obra e baixa produtividade, pode-se considerar que a mesma não foi rejeitada, uma vez que observou-se não haver insegurança alimentar junto aos grupos investigados. Assim como, notou-se que a quantidade dos alimentos produzidos não é suficiente para abastecer o núcleo doméstico ao longo do mês. Isto está associado ao tamanho das áreas de produção, à capacidade de mão de obra disponível do núcleo doméstico, as condições edafoclimáticas do período, e ainda a falta dos incentivos externos, como a incerteza da comercialização.

REFERÊNCIAS

ABA. **Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais**. Rio de Janeiro, 1994. 8p.

ADAMS, C. As florestas virgens manejadas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropológica, Belém, v.10, n. 1, p. 3-20, 1994.

_____. **Caiçaras na Mata Atlântica**: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. 1996. 293 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais)– Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras: uma revisão. **Interciência**, Caracas, v. 25, n. 3, p. 143-150, 2000.

ALMEIDA, A.W.B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E.C. (Org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. São Paulo: ABA; FGV, 2002. cap. 1, p. 43-83.

ALTIERI, M.A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: FASE, 1989. 235p.

ALTIERI, M.; NICHOLIS, C.I. Agricultura tradicional y conservación de La biodiversidad. In: _____. **Agroecologia**: teoría y práctica para una agricultura sustentable. Porto Alegre: PNUMA; Red de Formación Ambiental para América Latina y El Caribe, 2000. p.12-26.

ARRUTI, J.M.A. Políticas públicas para quilombos: um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da saúde. **Tempo de Presença**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 6-10, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Documento do grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais**. Rio de Janeiro, 1994. 8p.

BAENINGER, R. **Redistribuição da população e meio ambiente**: São Paulo e Centro-Oeste. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 2000. 200 p.

BARROSO, M. **Documentos básicos para o Plano de Manejo - Parque Estadual de Jacupiranga**: síntese e sistematização de informações. São Paulo: SMA, CINP, IF, 1999. 59p.

BECKER, B.K. A Amazônia pós ECO-92: por um desenvolvimento regional responsável. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.124-143.

BECKER, H. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. 2ª. Ed. São Paulo: Hucitec. 1994

BORN, R.H.; TALOCCHI, S. Conservação, desenvolvimento e serviços ambientais em área da Mata Atlântica: o caso do Vale do Ribeira (São Paulo). In: _____. **Proteção do capital social e ecológico: por meio de Compensação por Serviços Ambientais (CSA)**. Petrópolis; São Lourenço da Serra; São Paulo: Vitae Civilis, 2002. p.107-128.

BOURDIEU, P. Célibat et condition Paysanne. **Études Rurales**, Paris, v.5/6, p. 32-136, 1972.

_____. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu-sociologia**. São Paulo: Ática, 1972.p. 59-78.(Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BOTELHO, V.L. Desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia e as populações locais: o caso dos agricultores familiares rurais. In: GOLDEMBERG, M. (Coord.). **Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1992. p.123-158.

BRANDÃO, C.R. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.184 p.

_____. **Olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 1991. 167p.

BRANDENBURG, A; FERREIRA, A. A agricultura familiar contratualizada à agroindústria. In: SEMINÁRIO INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA ALIMENTAR. Curitiba: UFPR, 1991.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. 168p.

_____. Leis, decretos, etc. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 18 jul. 2000.

_____. Leis, decretos, etc. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outra providências. **Diário Oficial**, Brasília, 10 jul. 2001.

_____. Leis, decretos, etc. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescente das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial**, Brasília, 20 nov. 2003.

_____. Leis, decretos, etc. Decreto n. 4739 de 13 de junho de 2003. Transfere a competência que menciona, referida na Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, **Diário Oficial**, Brasília, 13 jun. 2003.

_____. Leis, decretos, etc. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial**, Brasília, 25 jul. 2006.

_____. Leis, decretos, etc. Decreto n. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial**, Brasília, 07 fev. 2007.

_____. Leis, decretos, etc. Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Diário Oficial**, Brasília, 11 jan. 2010.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Artigo 68**. Acesso em: <http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=141>. Acesso em: 25 jul. 2010.

_____. Congresso Nacional. Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. *Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 25 jul. 2006.

_____. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 jul.2000.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil quilombola: comunidades quilombolas brasileiras: regularização fundiária e políticas públicas**. Brasília: PR/SEPPIR, 2008.

CGPAN – Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição. Estudo intitulado Como está sua alimentação. Revista Nutrire, vol30, Suplemento (8^o Congresso Nacional da SABN), p.110,2005.

CAMBUY, A.O.S. **Perfil alimentar da comunidade quilombola João Surá: um estudo etnográfico**. 2006. 67p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Nutrição) - Departamento de Nutrição, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CAMPANILI, M.& SACHAFFER, W.B. (Org). Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente. 408p. 2010,

CAMPOS, C. S. S. & CAMPOS, R. S. Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. n. 245. , ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm>. Acesso em: 23 de novembro de 2010.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9.ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.

CARDOSO, J.P. **Comissão geográfica e geológica do estado de São Paulo**. São Paulo: TypografiaBrazil de Rothschild& Cia, 2010. 1907 p. (Relatório Técnico).

CARRIL, L.F.B. **Terras de Negros no Vale do Ribeira**: territorialidade e resistência. 1995. 244p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996. v. 2, 372 p.

CHAYANOV, A.V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.G. da; STOLCKE, V. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p.133-163.

_____. 1974. **La oragnización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: editora Nueva Vision.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC; USP, NUPAUB, 2000.p. 101-123.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.430p.

CONTRERAS, J.H.; GRACIA, M.A. **Alimentación y cultura**:perspectivas antropológicas. Barcelona: Ariel, 2005. 345p.

_____. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2011. 496p.

COSTA, Christiane. PASQUAL, Mariana. Participação e Políticas Públicas na Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Disponível em: <http://www.polis.org.br/utilitarios/editor2>.

CUNHA, M.C.da. Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica. **EstudosAvançados**, São Paulo, v.13, n.36, p. 147-163, 1999.

CUNHA, M.C.; ALMEIDA, M.W.B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, M.C. (Org.). **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 277-299.

CUNHA, M.C.; ALMEIDA, M.W.B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

DAMATTA, R. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. **Correio da UNESCO**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p. 21-23, jul. 1987.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração final**. Havana (Cuba), 2001.

DENEVAN, W.M. **Cultivated landscapes of Native Amazonia and the Andes**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC; USP, NUPAUB, 2001. 170p.

DÓRIA, S.Z. O Quilombo do Rio das Rãs. In: O'DWYER, E.C. (Org.). **Terra de Quilombos**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 1995. cap. 1, p. 3-34.

ELLIOT, L. *The Global politics of the environment*. New York: New York University Press, 1999.

EMPERAIRE, L. O manejo do espaço agrícola. In: Instituto Socioambiental. *Almanaque Brasil Socioambiental: uma nova perspectiva para entender o país e melhorar nossa qualidade de vida*: ISA, 2008, p.421.

FAO. **Fome zero: lições principais**. Rome: FAO, Regional Office for Latin America and Caribbean, 2006. 57p.

FERREIRA, C.L. **Mosaico do Jacupiranga**. São Paulo: SMA, Grupo de Trabalho, 2005. 56p.

FERREIRA, L.C., SIVIERO, S.O., CAMPOS, S.V., Silveira, P.C.B., OLIVEIRA, V. G., MENDES, A.B.V. e PINTO, A. O. Conflitos Sociais em Áreas Protegidas no Brasil: Moradores, Instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. **Revista Idéias**, v.8,n.2,p.115-149, 2001.

FERREIRA, S.R.B. Campesinidade e território quilombola no Norte do Espírito Santo. **GEografia**, Londrina, n. 16, p. 57-82, 2006.

FIGUEIREDO, M.C.; BOAZ, C.M.S.; BONACINA, C.M.; FABRICIO, F.K.; SILVA, K.V.C.L. Avaliação do padrão alimentar de quilombolas da comunidade do Limoeiro de Bacupari, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista da Faculdade de Odontologia**, Passo Fundo, v. 16, n. 2, p. 130-135, maio/ago. 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL. **Carta da cidade de São Paulo**. São Paulo, 2003. 45p.

FRANCISCO, E.C. **Agricultura Familiar em Área de Proteção Ambiental: A reprodução de um modo de vida**. Dissertação de Mestrado, 2003. 176p. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2003

FUNDAÇÃO S.O.S. MATA ATLÂNTICA. **Parque Estadual de Jacupiranga:** diagnóstico preliminar. São Paulo, 1993. 179p.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas:** uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai. 2004. 284 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A.S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, v.35, p.20-29, mai/jun. 1995

GOLDEMBERG, M. A arte de pesquisar – como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2002.

GUILLAUMON, J.R. Políticas públicas e ocupação humana: populações tradicionais em unidades de conservação da natureza. **Revista de Direitos Difusos**, São Paulo, v. 4, n. 20, p. 2759-2791, jul./ago.2003.

HOGAN, D. J. et al. Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, Ano II, n.3-4, 1^o semestre 1999.

HOLANDA, L.B.; BARROS FILHO, A.Z. Métodos aplicados em inquéritos alimentares. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 62-70, 2006.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA. **Relatório técnico-científico de identificação das comunidades remanescentes de quilombos de Ivaoporunduva.** São Paulo, 1998. 64p.

ISA – Instituto Socioambiental. Projeto diagnóstico sócio-ambiental do Vale do Ribeira. Relatório interno. 1998

ISHIGE, N. O homem, o comensal. **Correio da UNESCO**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, jul. 1987.

LEITE, S.P. Autoconsumo y sustentabilidad em la agricultura familiar: uma aproximación a la experiência Brasilenã. In: BELIUK, W. *Políticas de seguridad alimentar y nutrición em América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2004. 123-18.

LIMA, D.M. O envolvimento de populações humanas em unidades de conservação: a experiência de Mamirauá. In: RAMOS, A.; COPABIANCO, J.P. (Org.). **Unidades de conservação no Brasil:** aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). São Paulo: ISA, 1996. p.132-179.

LINO, C.F. (Org). **Mosaico de unidades de conservação do Jacupiranga.** São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2009. 76p. (Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Série 1. Conservação e Áreas Protegidas, 34).

LOPES, J.S.L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Revista Horizontes Antropológicos**, v.12,n.25, p.31-64,jan./jun. 2006

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

MALUF, R. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais.** *Revista Ensaios FEE*, Porto Alegre, v.25, n.1, p.299-322, abr.2004

MALUF, R.S. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. In: MORREIRA, R.J.; COSTA, L.F.C. (Org.).**Mundo rural e cultura.** Rio de Janeiro: Mauad, 2009. p. 241-262.

MALUF, R.S.;MENEZES, F. 2006. **Caderno 'segurança alimentar'**. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2010.

MARETTI, C.C.; SALES, R.R. de; RACHID SAID, A.; MOREIRA, A.C.C. **Aspectos comparativos do zoneamento e do manejo de reservas de biosfera insulares:** a região de Iguape e Cananéia, SP, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Brasil, e a Reserva da Biosfera (futura) Bolama-Bijagós, Guiné-Bissau (África d'Oeste). Sevilha: UNESCO, Apresentado na Conferencia Mundial Sobre Reservas da Biosfera, 1995. 202p.

MENASCHE, R.**A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari.** Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2007.134p.

MINAYO, M.C.S.**Pesquisa social:**teoria, método e criatividade. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.108p.

MONBEING, P. **A franja pioneira.**São Paulo:Ed. Paz e Terra, 1978. 345p.

OLIVEIRA, A.U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.15, n.43, p.185-206,dez. 2001.

OLIVEIRA, A.U. de; MARQUES, M.I.M. **O Campo no século XXI: território de vida e de construção da justiça social.** SãoPaulo:Ed. Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. 190 p.

OLMOS, F. **O Parque Estadual de Jacupiranga:** uma área prioritária para a conservação das aves na Mata Atlântica. São Paulo: Bird Life International, 2003. 9p. (Relatório Técnico).

PLANO DE UTILIZAÇÃO DA RDS, 2009-2010

PEDROSO-JUNIOR, N.N.; MURRIETA, R.S.S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém,v.3, n.2, p.153-174, 2008.

POSEY D.A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO,D. (Ed.). **Suma etnológica brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1987.v. 1: Etnobiologia, p.173-185.

_____. Ethnecology as applied anthropology in Amazonian development.**HumanOrganization**,Boston, v. 43, n. 2, p. 95-107, 1984.

PLOEG, J.D.Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S (Org.) A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRS.2006.p.13-54.

PLOEG, J.D.Van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2008.

QUEIROZ, M.I.P. **Bairros rurais paulistas**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.245p.

RAMOS, M.O. **A comida da roça ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de Maquiné (RS)**. 2007. 175 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,2007.

REIJNTLES, C.; HAVEKORT, B.; WATERS-BAYER,A. **Agricultura para o futuro**:uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.324p.

SCARPIN, E. **São Paulo “Bagre” – o imaginário religioso num bairro rural de Cananéia**. 1991. 192p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SALES, R.J.R.; MOURA, A.C.C. **Estudo de viabilidade de implantação de reservas extrativistas no Domínio Mata Atlântica, município de Cananéia**:proposta de continuidade do projeto. São Paulo: USP, NUPAUB; CNPT; IBAMA; FF;SMA, CPLA, 1994.50p.

SANCHES, R.A.**Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins (Litoral Sul – São Paulo)**.1997. 209 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2009. 519p.

SANTILLI, J.A. **Povos Indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas**. In: RICARDO, Fany (Org). Terras

Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

SANTOS, I.P.; FERRANTE, V. L.S.B. **Da terra nua ao prato cheio**: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação ITESP; UNIARA, 2003. 105p.

SANTOS, K.M.P. **A atividade artesanal com fibra de bananeira em Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo**, 2005. 99 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2005.

SANTOS, K.M.P.; TATTO, N. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. 227p.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.23-47.

SILVA, H.A. **Mandioca, a rainha do Brasil?** Ascensão e queda da *Manihotesculenta* em São Paulo. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, A.S.; SOARES, L.F. Análise das práticas alimentares das comunidades quilombolas do estado do Piauí. In: CONGRESSO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, 11.2011. Fortaleza. **Anais...**Fortaleza, 2011. P.55-70.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. 1997. Plano de Trabalho do Convênio sobre a duplicação da Rodovia Régis Bittencourt (BR 116) – Aplicação da Resolução CONAMA no 002/96. São Paulo. 73p.(relatório técnico)

TEDESCO, J.C. (Org0. Economia solidária e reestruturação produtiva: sobre vivências no mundo do trabalho. Passo Fundo:UPF, 2001.p.99-124.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo:Cia das Letras, 1993. 454p.

UNIÓN MUNDIAL PARA LA NATURALEZA (UICN); PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE (PNUMA); WORD WILDLIFE FUND (WWF). Estrategia mundial para la conservación: la conservación de los recursos vivos para El logro de um desarrollo sostenido. Suiza: UICN/PNUMA/WWF,1980.

VALENTE, F. “O combate à Fome e a desnutrição e a promoção da alimentação adequada no contexto do Direito Humano à Alimentação - um eixo estratégico do desenvolvimento humano sustentável” São Paulo, Instituto da Cidadania, 2001.

VIA CAMPESINA. **Food Sovereignty**. Folheto distribuído por ocasião da Cimeira Mundial da Alimentação + 5. Roma, Itália.2002.

MINTZ, S.W. Comida e antropologia. Uma breve revisão. Ver. Brasil Ci Soc; 16 (47): 31-41. 2001

WESTPHALEN, M. C.; MACHADO, B.P. ;BALHANA, A.P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Departamento de História, n.7, 1968.

WOLF, E. Revoluções sociais no campo. In: QUEDA, O.; SZMRECSÁNTY, T. (Org.). **Vida rural e mudança social**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976. p. 94-104.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997. 204p.

WOORTMANN, K. Grupo doméstico e parentesco num Vale da Amazônia. **Revista do Museu Paulista, Nova Série**, Brasília,v. 17, p. 209-377, 1967.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres*: colonos do Sul e sitiante do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora UnB, 1995.

ANEXO

Fotos de Cultivos em quintal na RDS e na APA

Fotos de sementes de alguns cultivares produzidos na RDS

Fotos de áreas de pasto utilizado por gado bovino na APA

Fotos de alimentos que são produzidos na RDs que estão sendo preparados para suprir uma refeição comunitária

Fotos de produtos da RDS que são entregues ao PAA

Fotos de criações observadas na RDS e APA

Fotos de estruturas físicas (cassas, igrejas e comércio) na RDS

Fotos da pesquisadora em entrevista com comunitários